

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
BANDO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.
CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DO ESPÍRITO SANTO

PLANEJAMENTO REGIONAL
REGIÃO 2 - COLATINA
VOL. 2 - PLANO REGIONAL
VERSÃO PRELIMINAR

7200145
v. 2



FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PLANEJAMENTO REGIONAL
REGIÃO 2 - COLATINA
VOL. 2 - PLANO REGIONAL
VERSÃO PRELIMINAR

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.
CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DO ESPÍRITO SANTO
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PLANEJAMENTO REGIONAL
REGIÃO 2 - COLATINA
VOL. 2 - PLANO REGIONAL
VERSÃO PRELIMINAR

JULHO/1980

GOVERNO DO ESTADO

Eurico Vieira de Rezende

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Arlindo Villaschi Filho

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

Adhemar Musso Leal

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA

Cleber Furtado de Mendonça

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Stélio Dias

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO S.A.

Marcílio Toledo Machado

CENTRO DE ASSISTÊNCIA GERENCIAL DO ESPÍRITO SANTO

Carlos Augusto Guimarães Baião

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

*Sebastião José Balarini - Diretor Superintendente**Antônio Luiz Borjaille - Diretor Técnico*

COORDENADOR GERAL

Sebastião José Balarini

COORDENADORES TÉCNICOS

Carlos Alberto Feitosa Perim - FJSN

Gilson Domingos Cardoso - BANDES

Paulo Américo de Fraga Rodrigues - BANDES

Vladimir Melges Walder - SEAG

Roberto da Cunha Penedo - FJSN

EQUIPE

Antônio Helder Maria Vervloet - SEIC

Concheta Almenara Scarton - SEDU

Carmem Edy Loss Cassoti - SEPL

Edilamar Bourguignon Zanotti - SEPL

Geraldo Lavagnoli Filho - SEDU

João José Augusto - CEAG/ES

José Augusto Gava - SEIC

José Pimenta Filho - SEPL

Maria Cristina Alvarenga Taveira - FJSN

Mauro Baroni Sobrinho - FJSN

Naides Higino Brandão - SEPL

Pedro Ivo da Silva - SEPL

Taurio Lucilo Tessarolo - FJSN

Valeska Santos Miques - SEIC

CONSULTOR ESPECIAL

Maria Adélia A. de Souza

EQUIPE DE APOIO DA FJSN

APRESENTAÇÃO

O Programa Regional, que vem sendo desenvolvido pelo Sistema Estadual de Planejamento, sob a coordenação da Fundação Jones dos Santos Neves, contando, ainda, com a participação de diversos órgãos da esfera estadual, representa um primeiro esforço sistemático no sentido de detalhar as propostas de atuação do Governo do Estado, consubstanciadas no documento *Diretrizes para a Ação Integrada*.

Este *Plano Regional de Colatina*, ora colocado em discussão, constitui-se no segundo resultado desse esforço, precedido pelo Plano Regional de Nova Venécia e ao qual se seguirão os planos de Linhares, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória. Ele parte de um diagnóstico da Região (vol. 1 - *Estudos Básicos*), checado e discutido com as lideranças locais, levantando seus problemas e potencialidades, para chegar aos objetivos a serem alcançados, com uma série de intervenções propostas sob a forma de programas de ação.

Da discussão deste trabalho, e longe da pretensão de esgotar-se o assunto, espera-se chegar a uma ordem de prioridade, permitindo um detalhamento dos principais programas propostos, com o intuito de oferecer mecanismos de apoio à intervenção governamental.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1 - *Distribuição Setorial da Renda Interna, em Porcentagem Espírito Santo e Brasil, 1970/75.*
- QUADRO 2 - *Taxas de Crescimento da Economia por Setores, Espírito Santo e Brasil, 1960/75.*
- QUADRO 3 - *Região de Colatina - Matriz de Situação Atual.*
- QUADRO 4 - *Região de Colatina - Matriz de Taxas de Variações Anuais.*
- QUADRO 5 - *Região de Colatina - Matriz de Cenário Espontâneo (Projeções para 1983).*
- QUADRO 6 - *Listagem dos Programas Propostos.*
- QUADRO 7 - *Interdependência dos Programas Propostos.*

LISTA DE MAPAS

- MAPA I - *Situação Atual Demográfica*
- MAPA II - *Situação Atual de Uso do Solo*
- MAPA III - *Polarização*
- MAPA IV - *Cenário Espontâneo - Projeção 1983*

ÍNDICE	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO	10
2. MARCO DE REFERÊNCIA	14
2.1. Situação Sócio-econômica do Espírito Santo	15
2.2. Subdivisão do Espaço Estadual	25
2.3. A Região de Colatina no Contexto Estadual	29
2.4. A Realidade Regional	33
2.4.1. Situação atual	33
2.4.2. Principais problemas da região	37
2.4.3. Pontencialidade regional	41
2.4.4. Tendência de evolução	42
2.4.5. Cenário espontâneo	45
3. PLANEJAMENTO REGIONAL	49
3.1. Objetivos	50
3.1.1. Objetivos Gerais	51
3.1.2. Objetivos Específicos	51
3.2. O Plano Regional	55
3.2.1. Fortalecimento da Região de Colatina como <u>unida</u> de polarizada	56
3.2.1.1. Implantação da Rede Viária Regional ...	57
3.2.1.2. Ampliação e melhoria de infra-estrutura de serviços	58

PÁGINA

3.2.2. Programas de Desenvolvimento Social e econômico.	64
. Programa de Planejamento Urbano Integrado para a cidade de Colatina	68
. Programa de Planejamento da Ocupação do Solo nas cidades, vilas e povoados da Região	71
. Programa Integrado de Racionalização do Uso dos Recursos Naturais e de Preservação do Meio Ambiente	73
. Programa de Comercialização de Produtos Agrícolas	75
. Programa de Tecnificação da Pecuária Bovina ..	77
. Programa de Animais de Pequeno e Médio Porte .	79
. Programa de Diversificação e Desenvolvimento Agrícola	81
. Programa de Levantamento dos Recursos Minerais	83
. Programa de Apoio às Pequenas e Médias Empresas	85
. Programa de Promoção e Implantação de Agroindustriais	87
. Programa de Assistência Médico-hospitalar	89
. Programa de Reestruturação do Ensino Público .	91
. Programa de Capacitação de mão-de-obra rural .	94
. Programa Habitacional para população de Baixa Renda	96

	PÁGINA
. Programa de Estradas Vicinais	98
. Programa de Saneamento Básico	100
4. RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REGIONAL	102

1.

INTRODUÇÃO

A Região de Colatina teve seu povoamento iniciado quando da fase de ex pansão da cafeicultura, no final do século passado. O café e a madeira foram, nas épocas pioneiras da colonização, os principais produtos regio nais.

Com o esgotamento das florestas e o declínio da cafeicultura, já em mea dos do atual século, a pecuária bovina transformou-se na principal ativi dade agrícola regional, mantendo-se nessa posição até o replantio de ca fezais, ocorrido recentemente.

O Rio Doce, o mais notável acidente geográfico da Região, serviu, nos pri meiros tempos, como via de penetração. A ferrovia Vitória-Minas, implan tada no início do atual século, possibilitou o escoamento da produção agrícola e extrativa vegetal, propiciando um surto de desenvolvimento das cidades-estações, particularmente da cidade de Colatina, que se tornou o mais importante centro do Norte do Estado - entreposto comercial a prin cípio e verdadeiro pólo regional na atualidade.

A ponte sobre o Rio Doce, construída, também, no início do atual século, possibilitou a penetração para o Norte do Estado e consolidou a posi ção de pólo regional da cidade de Colatina.

Os demais municípios da Região, polarizados por Colatina ou por Vitória, apresentam sistemas econômicos débeis e com grande dependência dos pólos. O desequilíbrio é decorrência da inexistência ou deficiência de infra-es trutura sócio-econômica urbana e rural, do tipo de exploração agrícola predominante e da quase inexistência de indústrias.

Essa estrutura é insuficiente para satisfazer as necessidades da popula ção regional, notadamente as que se relacionam com as oportunidades de trabalho e/ou emprego. Neste contexto, a emigração é uma consequê ncia lógica, iniciando-se pelo abandono do campo em direção às regiões mais dinâmicas.

Como desdobramento verifica-se o desemprego e subemprego nos centros urbanos, levando à marginalização consideráveis camadas da população. A urbanização acelerada e predatória dos recursos naturais e paisagísticos das ex-bucólicas cidades do interior é outra faceta do problema.

A intenção governamental de interferir nesse processo, expressa nas *Diretrizes para a Ação Integrada*, tem na Ação Regional - uma tentativa de implantação de um processo de planejamento - um instrumento que busca o desenvolvimento integrado do Estado, onde se espera atenuar as desigualdades regionais, tratando cada uma das Regiões de acordo com seus problemas e suas potencialidades.

Para a Região de Colatina esse trabalho apresenta propostas de intervenção em forma de medidas e/ou de programas, montados em função dos problemas e potencialidades regionais e das aspirações das lideranças locais. Os programas deverão ser detalhados e/ou desdobrados posteriormente, a partir do posicionamento do Governo Estadual, estabelecendo suas prioridades de ação.

O presente trabalho, deve ser examinado considerando-se o pioneirismo da Ação Regional no Estado e com as atenuantes de ter sido preparado por uma equipe técnica pouco numerosa, em curto espaço de tempo, quando se compara com trabalhos semelhantes executados em outras regiões do País. Esta é a segunda Região estudada, em pouco menos de um ano de trabalho da equipe, realizado sob a coordenação da FJSN.

A metodologia seguida foi a mesma utilizada para o estudo da Região de Nova Venêcia e pode-se dizer, do mesmo modo, que *sacrificou-se o rigorismo científico para se ganhar no processo político.*

Espera-se, pois, que o Plano possa vir a se tornar um instrumento de Governo, apontando e direcionando as aplicações de recursos públicos com o objetivo primeiro de se minimizar a pobreza e o atraso que caracteriza algumas áreas, atenuando os desequilíbrios regionais no Espírito Santo.

2.

MARCO DE REFERÊNCIA

2.1. SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO

O Estado do Espírito Santo, hoje uma nesga de terra à beira-mar na Região Sudeste do Brasil, consolidou, historicamente, uma posição marginal, cau datária mesmo, à economia e cultura nacional que, por sua vez, sempre se articularam de forma dependente a nível internacional (equivale dizer: pe riferia de periferia).

As dificuldades encontradas pelos primeiros colonizadores da terra capix ba foram tantas e de tal magnitude que, por diversas vezes, o empreendi mento colonizador esteve às portas do fracasso total.

A vantagem inicial de possuir portos abrigados e de fácil defesa contra os ataques dos piratas, uma constante nos primeiros tempos, diluiu-se nas inúmeras desvantagens encontradas: planície litorânea arenosa ou pantanosa, não se prestando bem aos cultivos das espécies agrícolas introduzi das; topografia agressiva bem próxima à costa, dificultando a navegabili dade dos rios e impedindo a penetração para o interior por via fluvial; luxuriante e emaranhada floresta, foco de doenças tropicais, abrigando fe ras e os habitantes da terra que a defenderam aguerridamente do invasor estrangeiro.

Além dessas barreiras de ordem física e/ou natural, o alijamento da então Capitania do Espírito Santo do ciclo do ouro, por parte do Governo Geral, que proibiu a abertura de entradas para o interior e a quintagem do ouro em Vitória (evitando expor as minas gerais e seu precioso produto à cobi ça de contrabandistas e corsários), constituiu-se em uma dificuldade adi cional, de relevante importância para a economia local.

Assim, o Espírito Santo não participou do surto desenvolvimentista dos séculos XVII e XVIII, que foram os séculos *áureos* do Brasil colonial (ampliação de posição periférica).

Por cerca de três séculos, as atividades econômicas restringiram-se à exploração madeireira (iniciada com o escambo do pau-brasil e continuada com a retirada de madeiras nobres para a construção civil e naval) e a uma insipiente produção agrícola, onde o açúcar era o principal produto de exportação.

Além da cana-de-açúcar, cultivou-se o algodão e a mandioca, culturas essas que produziam excedentes exportáveis. Os demais cultivos eram voltados para o auto-consumo de um mercado bastante restrito, formado pelos poucos habitantes das pequenas cidades litorâneas, as únicas que até então existiam.

O inexpressivo número de habitantes constituiu-se, nos primeiros tempos, em mais um óbice à ocupação das terras capixabas. No início do século XIX, a população total (índios catequizados, negros e brancos) somava a pouco mais de 20 mil habitantes. Em meados do século XIX, antes da chegada das levas de imigrantes europeus, a população total capixaba atingia a casa dos 40 mil habitantes.

A partir de meados do século passado, a situação sócio-econômica estadual sofreu profundas alterações com a chegada dos imigrantes europeus (portugueses açorianos na primeira leva, italianos na mais numerosa, alemães, austríacos, suíços, poloneses e holandeses) e com a introdução e rápida expansão da cafeicultura. Esses dois eventos possibilitaram o que não se conseguiu realizar em cerca de trezentos anos de colonização - a ocupação do interior do Estado.

Entre 1854 e 1900, chegaram no Espírito Santo cerca de 60 mil famílias de imigrantes europeus, fazendo com que a população capixaba superasse a casa dos 200 mil habitantes no início do atual século.

O ciclo do café, iniciado a nível nacional com as plantações do Rio de Janeiro e São Paulo, extravasou as fronteiras do Rio para o Espírito Santo, com as frentes de imigração fluminense que buscaram no Sul do Estado e na cafeicultura, uma alternativa para a decadente cultura da cana-de-açúcar (que ainda sobrevivia, por ao uso abusivamente o braço escravo, já não muito bem aceito pela sociedade da época).

A cafeicultura, rapidamente, tornou-se o fator fundamental no soerguimento da economia estadual, reduzindo o seu atraso relativo e propiciando a fixação dos primeiros imigrantes europeus no interior.

A produção de café, que em 1850 atingiu a 23.350 sacos, chegou a 643.722 sacos no início do século (1902). Neste período, os imigrantes europeus e fluminenses consolidaram a colonização e ocuparam praticamente toda a área ao Sul do Rio Doce.

A partir do início do atual século, principalmente com a construção da ponte sobre o Rio Doce, em Colatina, ocorreu a ocupação do Norte do Estado. Ainda, a economia capixaba estava atrelada à cultura do café, que suportou todo o ônus do progresso estadual, entre crises de preços e/ou de cargas.

Paralelamente à cafeicultura, desenvolveu-se uma agricultura voltada para o auto-consumo, que foi praticamente suficiente para o abastecimento estadual da época.

A safra máxima de café, antes do programa de erradicação dos cafezais, ocorreu em 1951, com 2.034.500 sacos. Esta safra marca, também, o apogeu

do ciclo do café no Espírito Santo, pois foi na década de 50 que a economia cafeeira entrou em declínio, função da forte queda dos preços internacionais, que vinham oscilando desde a crise econômica mundial de 1929.

A desarticulação total da economia cafeeira ocorreu na década de 60. A política de erradicação dos cafezais, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro do Café - IBC, encerrou o ciclo cafeeiro no Estado, iniciado há um século (consolidação da posição periférica).

O programa de erradicação reduziu em cerca de 45% a área cultivada, 27% da safra, 17% do valor bruto da produção agrícola. Desempregou 50.000 trabalhadores rurais que, com seus dependentes, totalizavam cerca de 150.000 pessoas¹.

Como as terras liberadas pela erradicação do café foram ocupadas principalmente pela pecuária de corte, cuja densidade de emprego era menor que na cafeicultura, a agricultura ficou incapacitada de absorver a grande maioria do pessoal liberado pela erradicação. Esse fato originou o fluxo migratório, aumentando a pressão populacional sobre os núcleos urbanos, reduzindo, inclusive, o contingente demográfico capixaba, com substancial movimento migratório para fora do Estado.

A década de 60 ficou caracterizada, no Estado, como um período de transição econômica, onde todos os esforços foram dirigidos para o desenvolvimento do setor industrial, por intermédio da conjugação de estímulos criados e geração de poupanças canalizáveis. O resultado desses esforços co

¹DIAS LOPES, Cristiano. *A erradicação dos cafezais no Espírito Santo*. Vitória, Governo do Espírito Santo, 1967.

meçou a tomar forma no final da década de 60, e as oportunidades mais fla
grantes foram rapidamente preenchidas, principalmente nos ramos agroindus-
 triais (café solúvel, carne frigorificada, laticínios etc), verificando-
 -se, em termos relativos, um alto grau de concentração de investimentos
 na Região da Grande Vitória.

O início da década de 70 foi marcado pela descoberta do Espírito Santo
 como localização privilegiada para grandes empreendimentos industriais,
 (*Grande Projetos de Impacto*) e, também, pela volta do café ao cenário a
grícola estadual (*Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais*).

Em linhas gerais, a evolução setorial da economia do Espírito Santo pode
 ser assim resumida:

- . *Setor Agrícola* – em 1950, quando se iniciava a decadência do setor agrí-
 cola, a participação deste setor na renda interna do Espírito Santo a
 atingia 50,3%, sendo que somente o café era responsável por 29,5% da for-
 mação da renda estadual. Com a erradicação dos cafezais nos anos 60,
 o setor cafeeiro perdeu significativamente sua participação, tanto na
 composição da renda agrícola como, evidentemente, da renda estadual.

A partir do início do processo de industrialização do Estado, em meados
 de 1960, iniciava-se a perda de participação da agricultura na renda es
tadual. Assim, chegou-se a 1975 com uma participação de 10,7% no PIB
 estadual (quadros 1 e 2).

- . *Setor Industrial* – o surto industrial capixaba surgiu como um reflexo do
 surto industrial brasileiro. Assim, a exemplo do ocorrido a nível na
cional, o Estado do Espírito Santo vem perdendo suas características
 de Estado eminentemente agrícola. Em 1950, o setor industrial partici-
 pava com 7,1% da renda estadual. Com a decadência do setor cafeeiro e

seus reflexos negativos sobre o setor agrícola, no início da década de 60, e principalmente a partir do Decreto-Lei 880/69, desencadeou-se um processo de crescimento mais acelerado do setor industrial. Verifica-se que, de 7,1% em 1950, o setor industrial passa para 17,4% em 1970, e em torno de 26,2% da renda estadual em 1975.

De acordo com os dados dos quadros 1 e 2, no período 1970/1975 constata-se que o crescimento do setor industrial capixaba foi bem mais vigoroso que o verificado para o Brasil como um todo. Nota-se, assim, o início de um processo de recuperação do, ainda, incipiente parque industrial do Espírito Santo.

QUADRO 1

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA RENDA INTERNA, EM PORCENTAGEM, ESPÍRITO SANTO E BRASIL, 1970/75

ANOS	SETOR PRIMÁRIO		SETOR SECUNDÁRIO		SETOR TERCIÁRIO	
	E. SANTO ¹	BRASIL ²	E. SANTO ¹	BRASIL ²	E. SANTO ¹	BRASIL ²
1970	22,8	10,2	17,4	36,7	59,8	53,5
1971	18,9	10,7	19,8	36,2	61,3	53,1
1972	18,3	10,4	21,0	37,3	60,7	52,3
1973	12,9	11,0	24,5	38,1	62,6	51,0
1974	12,8	11,2	25,5	39,8	61,8	49,0
1975	10,7	10,5	26,2	39,4	63,1	50,0

Fontes: ¹CEPA-ES - Comissão Estadual de Planejamento Agrícola

²FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

QUADRO 2

TAXAS DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA, POR SETORES,
ESPÍRITO SANTO E BRASIL - 1960/75

DISCRIMINAÇÃO	TAXAS DE CRESCIMENTO (% AO ANO)	
	1960/70	1970/75
ESPÍRITO SANTO		
. Agricultura	4,3	1,9
. Indústria	12,3	23,0
. Serviços	9,0	15,0
TOTAL	7,0	13,0
BRASIL		
. Agricultura	2,5	6,1
. Indústria	10,9	11,9
. Serviços	9,6	11,5
TOTAL	9,0	10,9

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL.

- . *Setor Serviços* – a participação do setor serviços na renda capixaba, em comparação com sua participação a nível nacional, a exemplo do ocorrido com o setor industrial, vem aumentando significativamente. A partir dos dados dos quadros 1 e 2, observa-se que, enquanto para o Brasil a renda do setor serviços passava de 53,5% para 50% da renda nacional, no período 70/75, no Espírito Santo o mesmo passava de 59,8% para 63,1%, no mesmo período. Esse crescimento pode ser explicado principalmente pelo dinâmico crescimento das atividades portuárias e outras atividades inerentes ao escoamento da produção no Espírito Santo.

As taxas de participação do setor indicam, pois, que, nos últimos anos tem havido uma relativa desconcentração espacial das atividades terciárias no Brasil, tendo o Estado do Espírito Santo registrado uma grande melhoria em sua posição relativa.

As modificações econômicas e sociais, verificadas particularmente nos últimos 20 anos (60 e 70), geraram no Estado uma série de fenômenos, dentre os quais pode-se destacar:

- . *êxodo rural*, caracterizado pela migração de trabalhadores rurais e pequenos proprietários do campo para centros urbanos estaduais;
- . *concentração fundiária*, caracterizada pela incorporação de pequenas e médias propriedades por propriedades maiores;
- . *emigração*, para fronteiras agrícolas do Norte (Goiás, Pará, Maranhão e Amazonas) e Oeste (Mato Grosso e Rondônia) de um grande contingente de pequenos proprietários e trabalhadores rurais;
- . *estagnação econômica e social* das cidades interioranas;
- . *concentração demográfica* na Grande Vitória e em municípios litorâneos, função da decadência da economia agrícola e dos Grandes Projetos (Ara cruz Celulose, Samarco, Complexo Tubarão e Capuaba);

- . *concentração dos investimentos públicos em infra-estrutura na Grande Vitória.*

2.2.

SUBDIVISÃO DO ESPAÇO ESTADUAL

O processo de desenvolvimento, em seu sentido mais amplo, é entendido como um processo de transformações estruturais. Sob esse prisma, a dimensão temporal está implicitamente incluída. Todavia, um outro fator de igual importância, a dimensão espacial, é geralmente negligenciada. Torna-se, então, importante insistir que o tempo e o espaço constituem dois elementos básicos constantes do raciocínio da lógica humana.

Nesse contexto, a análise do modelo de ocupação do território e do estágio atual de desenvolvimento estadual tornaram relevante uma reavaliação da estrutura espacial predominante, com o objetivo de melhorar os resultados do planejamento das atividades do setor público, e, por conseguinte, ampliar o rendimento das ações governamentais, sejam elas diretamente responsáveis ou indutoras de alterações do quadro sócio-econômico estadual. Assim, a regionalização, subdivisão do espaço territorial para fins de planejamento, pode ser encarada como o primeiro passo para a oficialização de políticas regionais de desenvolvimento.

Tem-se verificado que a atuação isolada das administrações municipais é relativamente ineficaz, no que tange ao equacionamento de muitos dos problemas locais que, por vezes, extrapolam em importância os limites geográficos do município. Esse fato, por si, condiciona a aceitação da existência de um nível maior e mais abrangente de análise de problemas e também de reivindicações: o nível regional.

Reconhecendo que o enfoque regional se constitui, realmente, em um melhor modelo para uma análise mais abrangente de realidade econômico-social com

vista ao planejamento para o desenvolvimento, a FJSN elaborou, em 1977, documento contendo uma proposta de organização territorial do Estado do Espírito Santo.

Metodologicamente, ao definir-se uma região para efeito de planejamento não basta a sua caracterização do ponto de vista de seus aspectos geofísicos, apesar de os mesmos representarem elementos significativos para tal fim. Os aspectos demográficos, políticos, administrativos, sociais e econômicos também merecem ser levados em consideração, pois as condições geofísicas carecem, por si mesmas, de força criadora. Dessa forma, a divisão do espaço, proposta pela FJSN, obedeceu a critérios técnicos que aglutinaram o maior número de informações possíveis nos aspectos acima mencionados, tendo, porém, no grau de polarização o parâmetro básico de sua delimitação.

Segundo a *Teoria das Localidades Centrais de W. Cristaller**, o papel preponderante das cidades com relação ao funcionamento de economia a nível espacial seria dado pela função de distribuição de bens e serviços. As atividades ligadas a esta função dependem do consumo e da utilização não uniforme (no tempo e no espaço) de bens e serviços, o que gera limites de mercado que não justificam a presença de determinados equipamentos. Assim, bens e serviços consumidos e utilizados frequentemente devem estar presentes em todas as cidades; os bens e serviços mais raros deverão estar em certo número de cidades, em função do tamanho do mercado, mas também oferecidos a outras por um processo de equidade social.

*citado no Encontro de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 1. São Paulo, 1975.

Dessa forma, foram estabelecidas hierarquias urbanas com significativa repercussão sobre o espaço, por meio de constituição das esferas de influência. O processo de determinação de hierarquia das cidades capixabas surgiu, também, como produto da proposta de regionalização do Estado, em que os então 53 municípios foram agrupados em cinco níveis hierárquicos.

A aceitação dos preceitos estabelecidos na proposta de organização territorial do Estado do Espírito Santo ocorreu quando do início da atual gestão do executivo estadual. Em março de 1979, foi divulgado o documento *Diretrizes para a Ação Integrada*, no qual a participação social e a Ação Regional são determinadas como estratégias do Governo Estadual para o período 1979/1983. Segundo aquele documento, a Ação Regional seria efetivada com a proposta de *regionalização* da FJSN, a qual, depois de implantada e consolidada, representará um passo de fundamental importância para a consecução do objetivo de não só diminuir os desequilíbrios hoje existentes entre os diversos rincões do Estado, mas também, e principalmente, interiorizar o processo de desenvolvimento, fazendo-o de forma ordenada para que mudanças estruturais benéficas ocorram na sociedade espírito-santense.

A Ação Regional foi proposta e assumida como estratégia de governo, objetivando-se dar maior racionalidade à ação governamental, a partir de uma subdivisão do espaço capixaba. Assim, pelo Decreto nº 1371-N de 30 de novembro de 1979, definiu-se e aprovou-se as unidades territoriais polarizadas (regiões) servindo à finalidade de regionalização da ação governamental e seu planejamento. As unidades territoriais polarizadas são áreas geográficas definidas e associadas, cada uma delas, a um pólo urbano principal:

- . REGIÃO I - Vitória;
- . REGIÃO II - Colatina;
- . REGIÃO III - Nova Venécia;

- . REGIÃO IV - Linhares;
- . REGIÃO V - Cachoeiro de Itapemirim.

A partir da aprovação dessas medidas é que se iniciou a etapa de levantamentos e estudos que buscavam o conhecimento da realidade regional, base fundamental e indispensável para a proposição de ações a serem desencadeadas nas diversas regiões, de forma a que as mesmas alterem e/ou mantenham as suas atuais tendências de desenvolvimento.

2.3.

A REGIÃO DE COLATINA NO CONTEXTO ESTADUAL

A Região de Colatina, ou Região II, localizada no Centro-Oeste do Estado do Espírito Santo, engloba seis municípios com pouco mais de 12% da área estadual.

A ocupação desta Região pelo homem branco aconteceu no início deste século, com a extração madeireira e posteriormente com o cultivo do café. Tendo o Rio Doce como obstáculo natural ao seu desenvolvimento, a Região recebeu grande impulso econômico com a construção da primeira ponte no Estado sobre o referido rio, no Município de Colatina.

O relevo é fortemente ondulado a Leste, passando a montanhoso agressivo a Noroeste e ao Sul da Região, com predominância de áreas planas no Vale do Rio Doce. A Região apresenta-se como a terceira mais montanhosa do Estado, com cerca de 56% de sua área com declividade superior a 30%.

A Região de Colatina apresentava, em 1960, o segundo menor contingente populacional do Estado, acima, apenas, da Região de Linhares. A erradicação dos cafezais e a expansão da pecuária na Região, no período 1960/1970, funcionaram como agentes de um grande fluxo migratório para fora da Região. Neste período a Região apresentou uma expressiva taxa negativa de crescimento populacional, superado apenas pela registrada na Região de Nova Venécia. Apesar das estatísticas mostrarem uma ligeira atenuação dessa tendência no período 1970/1977, a Região de Colatina apresenta, em 1977, o menor efetivo populacional entre as cinco regiões do Estado. Esse fato, aliado à verificação de que a Região apresenta, também,

em 1977, a segunda maior taxa de urbanização (abaixo apenas de Vitória), demonstra nitidamente a existência de um acentuado êxodo rural, ocorrido na Região no período 60/77.

A agricultura é a atividade econômica predominante na Região de Colatina, revestindo, assim, de vital importância a análise inter-regional do setor primário e suas interdependências com os demais setores. Apesar de a atividade agrícola apresentar-se com bom grau de diversificação, a maior parte das terras utilizadas (54%) continua destinada a pastagens (percentual menor que os encontrados para as regiões de Cachoeiro de Itapemirim e Nova Venécia). Em termos absolutos, a Região apresenta a segunda maior área destinada a lavouras permanentes. Contudo, na análise relativa (área com lavouras permanentes em relação à extensão territorial) a Região de Colatina passa a ocupar o primeiro lugar. No período 1970/1975, verificou-se uma grande redução de áreas com florestas e lavouras permanentes, ao mesmo tempo em que aumentava a área destinada a pastagens, já mencionado nas inferências feitas sobre os aspectos demográficos. As análises da estrutura fundiária, no período 70/75, corroboram, também, as conclusões obtidas na análise da dinâmica populacional. A concentração de propriedades agrícolas, no período 70/75, observada na Região de Colatina, só perde em intensidade para a Região de Nova Venécia, registrando-se acentuada redução de pequenas propriedades, ao mesmo tempo em que eleva-se o número de estabelecimentos acima de 200ha.

A Região apresenta um parque industrial relativamente bem diversificado, e concentrado no município-pólo. Como na Região de Nova Venécia, a atividade industrial predominante é a indústria madeireira, sem grandes perspectivas futuras em decorrência da redução de oferta de matéria-prima, em extinção na Região. Com respeito a receita (Valor Bruto da Produção), a Região posiciona-se em 3º lugar, atrás de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, para a indústria, comércio e serviços.

Considerando que as estatísticas de saúde, principalmente as de mortalidade, apresentam-se com distorções, em razão do grande deslocamento de doentes de todo o interior do Estado para Vitória e outros centros urbanos em busca de serviços médicos e hospitalares, a Região de Colatina apresenta um quadro bastante precário, quando se analisa os dados de mortalidade geral e infantil, pois a mesma registra altos índices, inferiores, apenas, aos da Região de Vitória. Curiosamente, ou talvez elucidativamente, apresenta, a Região, o menor *deficit* no que diz respeito ao balanço de leitos hospitalares, sendo suplantada apenas por Vitória, que possui o único *superavit* registrado.

No plano educacional, quando se examina a situação do Estado como um todo, verifica-se que as variações inter-regionais são mínimas, quando se considera as relações entre a população total e população escolarizável e entre esta e as diversas faixas etárias correspondentes aos diferentes níveis de ensino. Isso vem indicar que as populações das cinco regiões estão, em termos de faixa etária, estruturadas de modo semelhante, pelo menos até a faixa dos 18 anos.

A Região de Colatina possui um deficitário atendimento de ensino de Pré-primeiro Grau. Apresenta, ainda, a menor população matriculada no ensino de 1º Grau, o que, porém, por possuir a menor população na faixa de 7 a 14 anos e o menor contingente fora desta faixa, matriculada no 1º Grau, melhora, em termos relativos, os serviços, deste nível, de ensino na Região. No que concerne ao ensino de 2º e 3º Graus, a posição relativa da Região de Colatina é bem melhor do que a apresentada no 1º Grau, ficando atrás somente das regiões de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim.

A deficiente rede de infra-estrutura básica e de serviços da Região potencializou os efeitos que a maciça extração vegetal e a subsequente peculiarização desta área tiveram sobre os movimentos migratórios. O serviço

de telefonia apresenta a segunda maior densidade/habitante por aparelho (acima apenas da Região de Nova Venécia). O balanço habitacional determina ser Colatina a Região de menor *deficit* de habitação, decorrência parcial do decréscimo populacional ocorrido na Região na década passada. A Região apresenta, ainda, o terceiro lugar no que diz respeito à percentagem de domicílios ligados tanto à rede de água quanto a de esgotos, atrás apenas de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim.

A Região de Colatina, no período 1976/1978, apresentou um decréscimo na receita própria (municipal), ficando, assim, numa maior dependência de receitas repassadas pelo Estado (maior fonte de receita em 1978) e pela União.

Dessa forma, depreende-se que a Região de Colatina apresenta problemas semelhantes aos encontrados na Região de Nova Venécia, porém pouco menos complexos em razão da existência de uma melhor rede de equipamentos e infraestrutura básica.

2.4.

A REALIDADE REGIONAL

2.4.1. SITUAÇÃO ATUAL

Com base nos dados apresentados no *Estudos Básicos* e, a partir da auscultação das lideranças locais, preparou-se uma síntese representativa da situação atual.

Selecionou-se alguns indicadores que foram quantificados em matrizes, sendo a primeira delas a que representa a situação atual (quadro 3 e Mapas I e II).

A Região de Colatina apresenta-se, na atualidade, como uma vasta área montanhosa savanizada, onde os processos erosivos desgastam o que restou dos férteis solos primitivos. A Região sofreu intenso processo de devastação, tendo sido quase totalmente desmatada. Os remanescentes florestais parcialmente explorados são representados pelas florestas atlântica e dos tabuleiros.

O povoamento da Região foi recente, iniciado a partir do ciclo do café (meados do século passado), tendo a Região experimentado migratórios de vulto, condicionados pelos ciclos econômicos nela desenvolvidos.

QUADRO 3

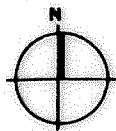
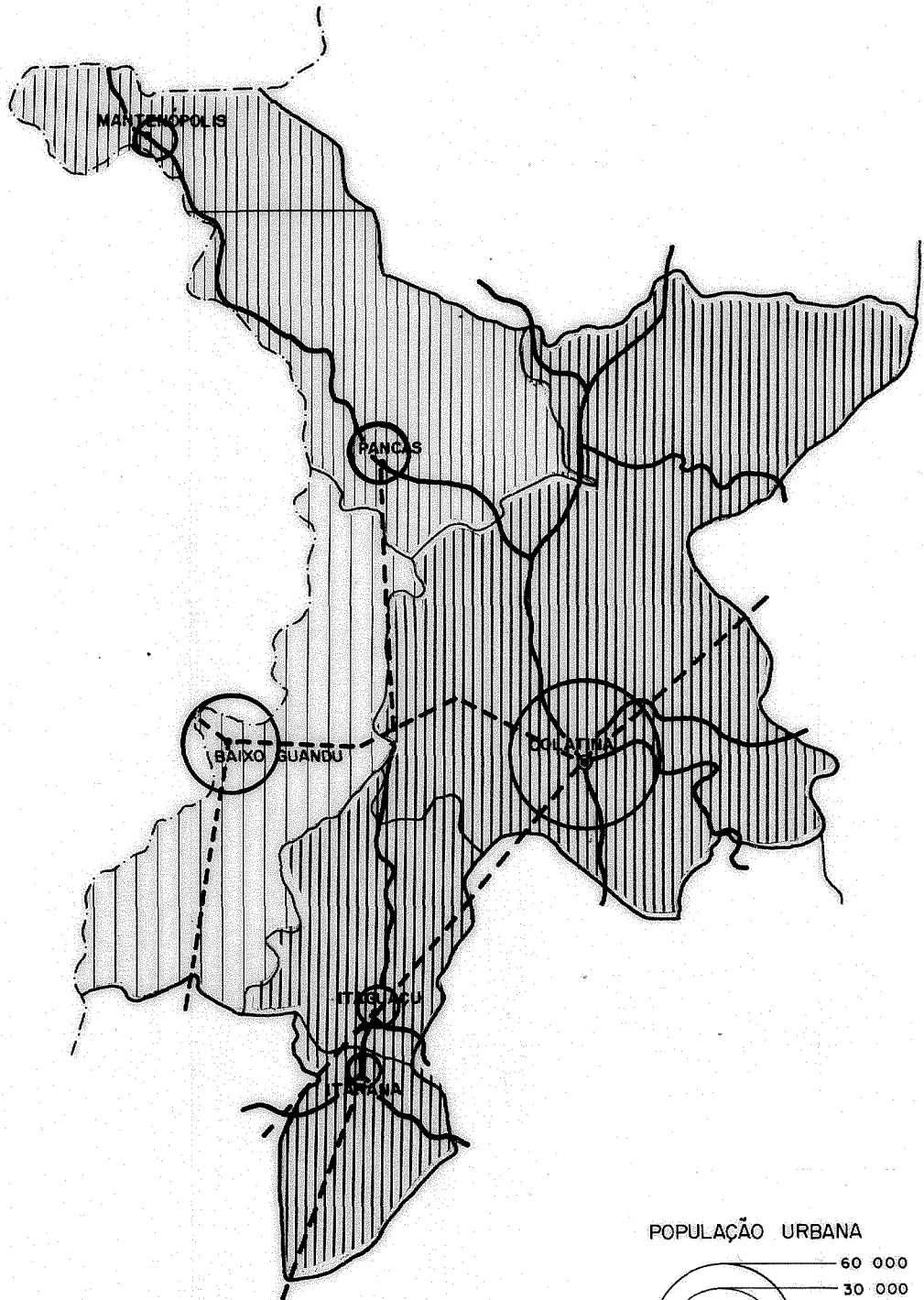
REGIÃO DE COLATINA - MATRIZ DE SITUAÇÃO ATUAL

DISCRIMINAÇÃO MUNICÍPIOS	DEMOGRAFIA						AGRICULTURA							EDUCAÇÃO		SAÚDE			INFRA-ESTRUTURA	
	DENSIDADE (hab/km ²)		TAXA DE URBANIZAÇÃO %	PEA (hab)			USO DO SOLO (em hectares)				ESTRUTURA FUNDIÁRIA			ÍNDICES %		ÍNDICE DE MORTALIDADE (%)		SALDO LETITOS HOSPITA- LARES	% DOMICÍLIOS LIGA- DOS À REDE	
	TOTAL	RURAL		PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	PASTAGENS	LAVOURA PERMANENTE	LAVOURA TEMPORÁRIA	FLORESTAS NATURAIS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS			ANALFA- BETISMO	ESCOLA RIZAÇÃO	GERAL	INFANTIL		ÁGUA	ESGOTO
										0-100ha	100 a 500ha	> 500ha								
Baixo Guandu	28,22	11,69	58,6	3.229	433	3.526	53.193	5.484	6.115	7.296	780	154	20	29,0	78,67	6,7	67,8	(60)	57,45	34,22
Colatina	43,77	18,58	57,6	13.335	3.580	17.618	118.996	30.229	17.410	27.328	2.742	459	42	19,0	80,16	6,7	80,2	(170)	52,27	37,46
Itaguaçu	21,66	15,19	29,9	2.735	143	993	24.838	5.090	4.118	5.775	729	100	5	24,0	78,82	5,3	34,6	(21)	35,48	5,37
Itarana	23,20	17,00	26,7	1.837	227	737	13.224	2.225	3.441	3.818	629	46	-	21,0	82,04	6,4	66,4	(27)	23,94	5,65
Mantenópolis	32,25	23,19	28,1	2.764	37	1.012	13.086	5.810	5.336	1.623	499	74	4	37,0	70,22	7,2	76,1	(61)	16,92	2,47
Pancas	31,30	24,53	21,6	7.685	95	1.935	40.163	19.428	10.137	10.259	1.252	169	16	38,0	68,96	5,4	56,3	(142)	21,06	12,91
REGIÃO	34,91	18,30	47,6	31.585	4.515	25.821	263.500	68.266	46.557	56.099	6.631	1.002	87	38,0	77,63	6,4	71,0	(481)	43,89	27,77

NOTA: Os dados relativos a agricultura e saldo de leitos hospitalares referem-se ao ano de 1975. Os demais ao ano de 1977.

MAPA I

SITUAÇÃO ATUAL DEMOGRÁFICA



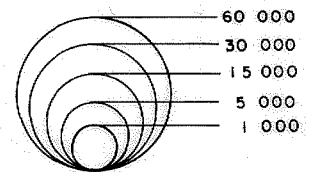
CONVENÇÕES :

- - - - - DIVISÃO ESTADUAL
- — — — — DIVISÃO REGIONAL
- — — — — DIVISÃO MUNICIPAL
- CIDADE POLO
- SEDE MUNICIPAL

DENSIDADE RURAL

- 5 - 10 HAB / Km²
- ▨ 10 - 15 HAB / Km²
- ▩ 15 - 20 HAB / Km²
- ▧ 20 - 25 HAB / Km²

POPULAÇÃO URBANA

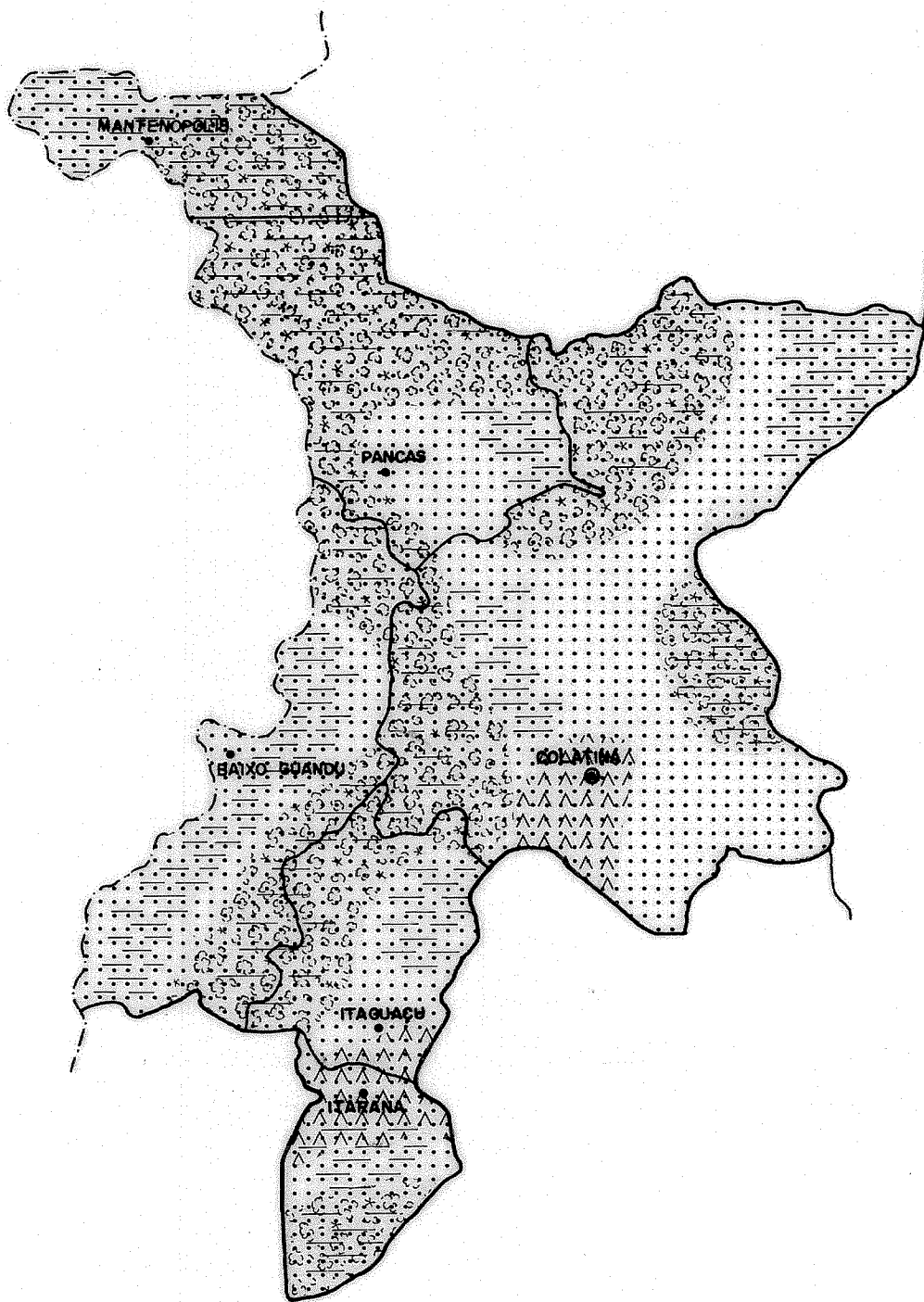


RODOVIAS

- — — — — IMPLANTADAS
- - - - - PLANEJADAS

MAPA II

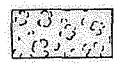

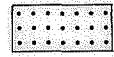
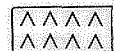
SITUAÇÃO ATUAL DE USO DO SOLO



CONVENÇÕES :

- DIVISÃO ESTADUAL
- DIVISÃO REGIONAL
- DIVISÃO MUNICIPAL
- CIDADE POLO
- SEDE MUNICIPAL

USO DO SOLO

-  CAFÉ
-  CULTURAS ANUAIS
-  PECUÁRIA BOVINA
-  OLERICULTURA

A conquista do Norte do Rio Doce, no início do atual século, e o declínio da cafeicultura, no pós-guerra, que culminou com o programa de erradicações de cafezais na década de 60, constituíram-se nas principais determinantes das correntes migratórias, no êxodo rural e, também, na consolidação da cidade de Colatina, primeiro, como um entreposto comercial e, posteriormente, como pólo regional.

A População Economicamente Ativa (PEA) concentra-se principalmente nos setores terciário (municípios de Colatina e Baixo Guandu) e primário (de mais municípios).

A atividade agrícola é relativamente diversificada, predominando na Região a cafeicultura e bovinocultura. A região produz, ainda, mandioca, milho, arroz, tomate, feijão e laranja. Essa produção é obtida em cerca de oito mil estabelecimentos agrícolas.

A cafeicultura está localizada principalmente nas áreas de elevada altitude, que se situam na Região, no extremo Sudoeste (Itarana e Itaguaçu) e no extremo Noroeste (Mantenópolis e Pancas).

O setor secundário regional é incipiente em quase todos os municípios da Região, com exceção de Colatina, onde é mais dinâmico. A indústria de madeira, abate de bovinos, produtos alimentares e confecções, são os principais ramos.

A Região de Colatina é, ainda, bastante carente em infra-estrutura e serviços básicos. O ensino é deficiente, principalmente no meio rural. No campo da saúde ocorrem deficiências em quase todos os municípios, sendo o de Colatina o melhor atendido.

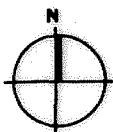
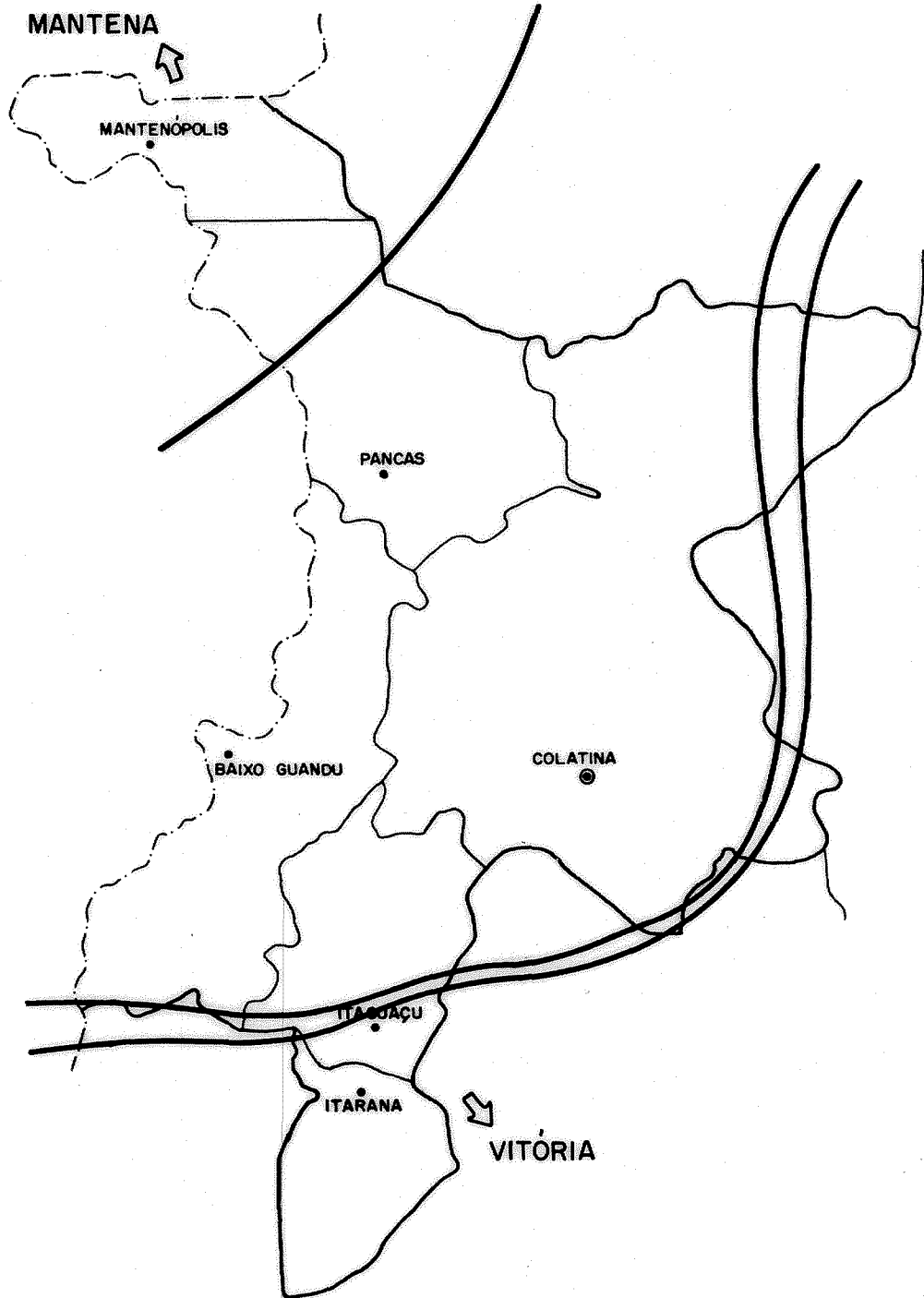
A receita municipal na Região é bastante dependente da transferência de recursos externos, sejam eles de origem estadual ou federal, o que é uma constante em todos os municípios do Estado e, mesmo, brasileiros.

A malha viária da Região é também deficiente, sendo que apenas Colatina e Pancas são ligadas por estradas asfaltadas.

Função dessa deficiência, Mantena, cidade do vizinho Estado de Minas Gerais, exerce atração polarizadora sobre Mantenópolis, e Itaguaçu e Itarana são atraídas para Vitória. Em contrapartida, em função da existência de estradas asfaltadas ligando Colatina a Barra de São Francisco (ES-80) e Colatina a São Gabriel e Nova Venécia (ES-137), Colatina abrange com sua influência municípios pertencentes a Região cujo pólo pretende-se que seja Nova Venécia (Mapa III).

Esse quadro de *realidade regional* caracteriza uma situação de desequilíbrio entre cidade-pólo e cidades polarizadas, onde a qualidade de vida deixa muito a desejar e as oportunidades de emprego e de trabalho são limitadas.

MAPA III
POLARIZAÇÃO



CONVENÇÕES :

- DIVISÃO ESTADUAL
- DIVISÃO REGIONAL
- DIVISÃO MUNICIPAL
- CIDADE POLO
- SEDE MUNICIPAL

2.4.2. PRINCIPAIS PROBLEMAS DA REGIÃO

Os principais problemas da Região de Colatina, levantados a partir da análise contida no *Estudos Básicos*, dos levantamentos *in loco* e na experiência dos que vivem na área, são listados a seguir, desagregados ou discriminados por setores, subsetores, atividades e/ou condições. Essa problemática deverá embasar análises posteriores que, certamente, serão efetuadas por entidades e/ou órgãos governamentais, que atuam ou deveriam atuar na Região.

- ASPECTOS FÍSICOS E NATURAIS

- . a quase totalidade da área regional é de topografia acidentada, o que dificulta as práticas agrícolas moto-mecanizadas e facilita a erosão e consequentemente a degradação do solo;
 - . ocorrência de períodos secos severos (4-5 meses), notadamente no vale do Rio Doce, ocasionando deficiências hídricas prejudiciais às atividades agrícolas (índice pluviométrico baixo: cerca de 1000mm);
 - . cobertura vegetal primitiva quase totalmente devastada, inclusive em áreas onde o desmatamento era desaconselhável em função da declividade e/ou natureza do solo;
 - . áreas com solos degradados, devido não só à devastação florestal, como também, à má utilização agrícola do solo;
- Assoreamento dos rios e córregos, ocasionando enchentes.

- ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

- . a Região de Colatina sofreu processo migratório expressivo nas duas últimas décadas, redundando em evasão populacional;
- . êxodo rural, com redução populacional rural e crescimento acelerado na maioria dos centros urbanos regionais;
- . ocorre, na Região, concentração de renda superior à média estadual (67% da PEA recebe até dois salários mínimos).

- AGROPECUÁRIA

- . tendência à concentração fundiária, em decorrência da redução do número de pequenas propriedades. Esse fenômeno é generalizado no Norte do Estado;
- . redução de áreas agrícolas, particularmente aquelas destinadas à culturas de curto ciclo;
- . deficiência nos mecanismos e/ou estruturas de comercialização voltadas para o atendimento e proteção do pequeno produtor rural. Esse problema é de âmbito estadual e apontado como uma das causas básicas do êxodo rural;
- . dificuldade no escoamento da produção agropecuária decorrente da deficiência de estradas vicinais;
- . baixo índice de eletrificação rural;
- . explorações agropecuárias conduzidas em níveis tecnológicos baixos.

- EDUCAÇÃO/INSTRUÇÃO

- . elevado número de analfabetos na Região (37.993 = 24,34% do total estadual);
- . grande parte das instituições de ensino de 2º Grau pertencem a rede particular, o que torna o ensino elitista;
- . limitada oferta de cursos profissionalizantes, com predomínio de cursos voltados para o setor terciário da economia;
- . inexpressivo atendimento à população demandatária pelo ensino de Pré-primeiro Grau (a Região possuía 35.276 crianças e atendia a apenas 2.686);
- . ensino na zona rural limitado ao nível das, somente, quatro primeiras séries do 1º Grau;
- . desarticulação da oferta de ensino com as necessidades, interesses e potencialidades da Região;
- . existência de escolas rurais mal localizadas, dificultando o acesso às mesmas por parte de alunos e professores;
- . cursos mal ministrados e escolas fechadas em decorrência do afastamento de recursos humanos habilitados e capacitados, devido aos problemas de baixa remuneração e falta de condições de trabalho;
- . deficiência na distribuição da alimentação escolar, ocasionando evasão e repetência e prejudicando, principalmente, as famílias de menor poder aquisitivo;
- . as bases físicas da rede de ensino encontram-se, em geral, em péssimas condições de conservação.

- INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

- . a maior parte das indústrias da Região concentram-se no Município de Colatina, sendo os demais municípios muito pouco industrializados. O maior matadouro-frigorífico do Estado está localizado na cidade de Colatina;
- . existe, na Região, no Município de Itarana, um matadouro-frigorífico de médio porte desativado;
- . a indústria madeireira ainda é expressiva na Região, porém tende à desativação por falta de matéria-prima;
- . a Região apresenta pouco potencial turístico, inexistindo condições de exploração econômica de turismo a curto prazo;
- . com exceção da cidade-pólo, as atividades comerciais são débeis, ocasionando frequentes deslocamentos humanos e financeiros.

- SAÚDE

- . a Região apresenta taxas de mortalidade infantil elevada;
- . assistência médica-hospitalar deficitária para toda a Região (com destaque para os municípios de Pancas e Mantenópolis). No meio rural essa carência é quase total.

- HABITAÇÃO E SANEAMENTO

- . o saneamento básico na Região é precário, existindo uma significativa parcela dos domicílios sem abastecimento de água e instalações sanitárias.

- COMUNICAÇÕES

- . apenas dois municípios da Região (Colatina e Baixo Guandu) estão ligados ao sistema de Discagem Direta a Distância - DDD.

- SISTEMA VIÁRIO

- . rede vicinal com pouca capilaridade e constantemente em situação de má conservação, dificultando, principalmente, o escoamento da produção agrícola;
- . boa parte das estradas regionais em leito natural, sem revestimento;
- . as sedes municipais de Itarana, Itaguaçu e Baixo Guandu estão ligadas à cidade-pólo de Colatina por estradas precárias, não pavimentadas. A estrada que liga Mantenópolis à Pancas também é precária, em leito natural, sem revestimento.

2.4.3. POTENCIALIDADE REGIONAL

A Região de Colatina, apresenta como principais potencialidades as seguintes condições:

- . Região bem servida por rios, o que confere um bom potencial hidrelétrico para pequenas usinas geradoras;
- . possibilidade de irrigação em função da rede hidrográfica, principalmente nas regiões que apresentam secas prolongadas e/deficiências hídricas severas;

- . diversidade climática e edáfica capaz de propiciar o desenvolvimento de culturas agrícolas tropicais diversificadas (cana-de-açúcar, arroz, pimenta-do-reino, mandioca, frutas tropicais, mamona etc);
- . condições agro-climáticas para o desenvolvimento de culturas subtropicais (café arábica);
- . ótima aptidão ecológica para produção de madeiras nobres;
- . possibilidade de exploração de minerais não-metálicos, cuja ocorrência regional já foi constatada;
- . disponibilidade de mão-de-obra em pequenos centros urbanos, que pode ser utilizada em indústrias manufatureiras.

2.4.4. TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

A partir da evolução recente e da atual situação regional, identificou-se as principais tendências de evolução de alguns dos fenômenos estudados.

Essa tendência é mostrada em uma matriz quantitativa (quadro 4), representada por taxas de crescimento (geométricas e aritméticas), para os diversos fatores selecionados como mais representativos da realidade regional.

Para complementar o quadro tendencial, qualifica-se os principais fatores ou fenômenos estudados para a Região.

No que diz respeito aos aspectos físicos e naturais da Região, a tendência é de continuidade do processo de devastação da cobertura vegetal primitiva.

Para os aspectos demográficos, a tendência verificada a partir dos dados estatísticos é de intensificação do êxodo rural. A taxa geométrica que representa o crescimento da população rural regional é negativa (-1,59%). A taxa de crescimento para população urbana é positiva, porém irrisória, o que equivale dizer que, na Região como um todo, deverá persistir o processo de emigração.

A população economicamente ativa regional tem tendência de crescimento positivo somente no setor terciário (6,37%), enquanto que nos setores primário e secundário a tendência é de redução (taxas negativas de -1,07 e -5,80, respectivamente).

O crescimento da PEA regional está em consonância com a tendência do fluxo migratório interno em direção aos centros urbanos.

A emigração regional tem origem ao nível das pequenas propriedades agrícolas, que estão tendo seu número reduzido - taxa negativa de -2,46 para o estrato das pequenas propriedades (0-100ha).

A par da concentração fundiária, verifica-se, também, a tendência de redução de áreas com cultivos agrícolas de ciclo curto e das áreas florestadas. As áreas com pastagens e as com culturas permanentes (café) apresentam-se com tendência crescente.

Os índices correspondentes aos aspectos de infra-estrutura mostram uma tendência de melhoria para os aspectos de educação, saúde e saneamento. Contudo, devem ser encarados com reservas, devido não só à manutenção de um processo de emigração, como também ao fenômeno do êxodo rural.

As altas taxas de crescimento do índice de domicílios ligados à rede de água e esgoto prendem-se tanto ao investimento numa infra-estrutura realizada nas cidades, quanto ao próprio esvaziamento interiorano.

2.4.5. CENÁRIO ESPONTÂNEO

Tendo-se como base a realidade regional, apresentada no volume I - *Estudos Básicos*, e projetando-se as atuais tendências sócio-econômicas, pode-se vislumbrar, num futuro não muito distante, a situação da Região de Colatina, ou seja o seu cenário espontâneo.

A exemplo do ocorrido com a Região de Nova Venécia, também para a de Colatina a descrição do cenário espontâneo, na prática, não foi tão simples como a primeira vista podia parecer. Inúmeros problemas surgiram e, dentre eles, o relativo aos dados estatísticos básicos utilizados ganhou destaque. Ao se estudar a Região objetivou-se conhecer a realidade social e econômica, suas transformações e evolução recente. O produto desse estudo deveria ser um diagnóstico muito mais *clínico* do que *laboratorial*, razão pela qual os dados disponíveis para as projeções foram quase sempre insuficientes. Assim, não foi possível a montagem de séries históricas, que possibilitariam a dedução das equações que melhor descrevessem as possíveis tendências nos anos estudados.

As projeções foram feitas, na maioria dos casos, considerando-se os dados de 1970 e 1975 ou 1970 e 1977, ou seja, para ambos com embasamento em apenas dois pontos conhecidos de uma hipotética distribuição de valores. Ainda, a qualidade intrínseca dos dados pode ser questionada, principalmente em função de sua origem ou forma de coleta (dados censitários).

A determinação do horizonte de tempo ótimo, para as projeções, representou um outro problema difícil de ser equacionado. O longo prazo (ano 2.000), ou seja, período de 20 anos, invalida a maior parte das projeções baseadas em taxas geométricas, particularmente, naqueles casos onde ocorrem taxas negativas expressivas. Para esses casos, até mesmo num horizonte de 10 anos (1990), as projeções se apresentaram com grandes distorções.

Para curtos e/ou médios prazos, as projeções, aparentemente, representam quantitativamente o que se inferia qualitativamente dos dados trabalhados. Mesmo assim, devem ser encaradas com reservas, face a precariedade da base matemática e da própria representatividade dos dados.

A eleição de parâmetros explicativos para fenômenos de natureza complexa, como a ação do homem sobre o meio ambiente, pode ser considerada, também, como um problema com várias alternativas de solução, na montagem das projeções tendenciais ou cenário espontâneo.

Em muitos casos, quer pela exigüidade de tempo, quer pela inexistência de séries estatísticas de informações (a maioria delas defasadas no tempo), optou-se por um tratamento exclusivamente qualitativo dos dados.

Ainda, torna-se importante mencionar que, qualquer que seja o método empregado, as previsões que envolvem comportamento humano estão sempre sujeitas a falhas e, não obstante a margem de incerteza, os resultados encontrados podem ser considerados como indicadores tendenciais de grande importância.

Assim, o cenário espontâneo desenhado para a Região de Colatina deve ser encarado como ponto de partida para novas análises, discussões e reflexões sobre a possível situação futura da Região. Em muitos aspectos, essas análises e discussões deverão ser aprofundadas, principalmente por pessoal técnico especializado.

O cenário espontâneo foi descrito a partir das informações existentes no quadro 4, que engloba os principais indicadores selecionados (Matriz de Taxas de Variações Anuais). A situação projetada, no horizonte de curto prazo (4 anos), não deverá ser muito diferente da atual e pode ser visualizada pelos dados do quadro 5 e pelo Mapa IV.

Mantidas as tendências atuais, a Região terá sua cobertura vegetal primitiva reduzida, agravando-se, ainda mais, os problemas de degradação de solo e poluição hídrica, principalmente o problema do assoreamento das calhas de rios e córregos devido à erosão.

As áreas de pastagens deverão continuar se expandindo em detrimento das áreas florestadas e de culturas temporárias. As áreas com cafezais, possivelmente, ainda crescerão.

As pequenas propriedades continuarão em processo de redução, sendo elas absorvidas pelas maiores, particularmente pelas que se dedicam à bovina cultura.

Grande parte das indústrias de madeira da Região será desativada por absoluta falta de matéria-prima.

O êxodo rural será mantido paralelamente ao crescimento desordenado dos núcleos urbanos regionais, que se constituirão em *núcleos de pobreza*, com grande contingente de mão-de-obra ociosa e/ou subempregada em atividades comerciais ou de serviços incipientes, engrossando os assentamentos da periferia da capital do Estado ou, mesmo, mudando-se do Espírito Santo.

A densidade rural será reduzida em todos os municípios da Região, mesmo naqueles onde a atividade agrícola é predominante.

As condições sanitárias dos centros urbanos deverão se agravar ainda mais, como também toda a infra-estrutura urbana.

Espera-se uma estagnação na receita dos municípios da Região, o que, por certo, elevará o grau de dependência de fontes externas de recursos. Essa visão panorâmica retrata um agravamento da situação em que hoje se encontram os municípios da Região, reduzindo-se, ainda mais, os níveis de qualidade de vida de uma população já carente e sem opções de trabalho.

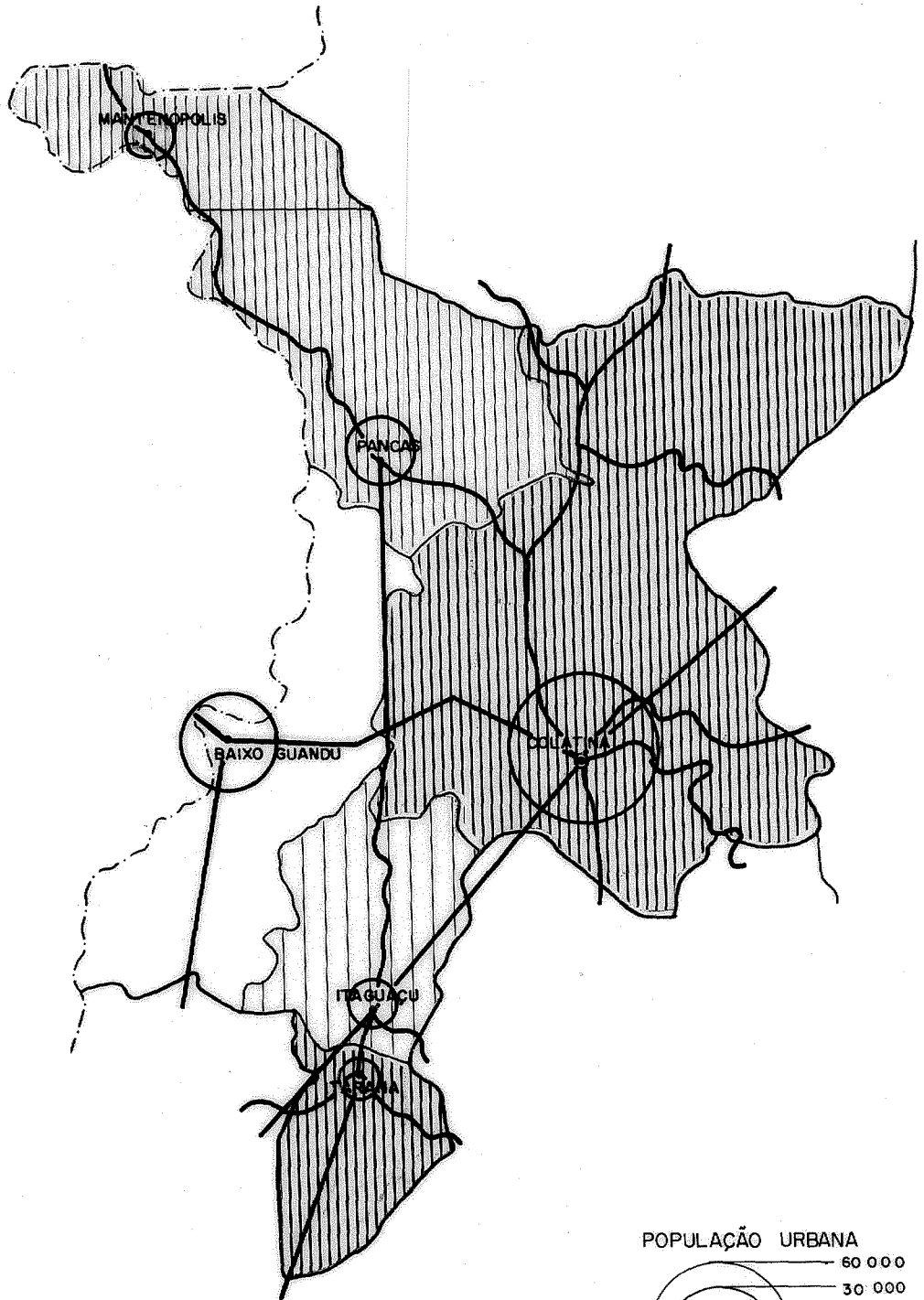
QUADRO 5

REGIÃO DE COLATINA - MATRIZ DE CENÁRIO ESPONTÂNEO (Projeções para 1983)

DISCRIMINAÇÃO MUNICÍPIOS	DEMOGRAFIA						AGRICULTURA						EDUCAÇÃO		SAÚDE			INFRA-ESTRUTURA		
	DENSIDADE hab/km ²		TAXA DE URBANIZAÇÃO	PEA (hab)			USO DO SOLO (ha)				ESTRUTURA FUNDIÁRIA			ÍNDICES DE		ÍNDICE DE MORTALIDADE (%)		SALDO LEITOS HOSPITALARES	% DOMICÍLIOS LIGADOS A REDE	
	TOTAL	RURAL		PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	PASTAGEM	LAVOURA PERMANENTE	LAVOURA TEMPORÁRIA	FLORESTAS NATURAIS	NÚMERO DE PROPRIEDADES			ANALFABETISMO	ESCOLARIZAÇÃO	GERAL	INFANTIL		ÁGUA	ESGOTO
											0-100ha	100-500ha	> 500ha							
Baixo Guandu	27,27	9,47	68,19	2.714	152	5.116	65.438	8.914	3.887	7.539	589	191	28	19,90	84,44	4,84	52,49	(53)	69,42	63,55
Colatina	44,49	16,57	64,48	11.320	2.961	24.568	142.299	36.554	2.674	4.652	2.233	497	60	10,26	80,78	6,15	86,33	(261)	68,52	54,58
Itaguaçu	21,46	14,29	34,27	2.570	109	1.613	28.202	6.192	460	348	467	140	8	21,03	77,38	4,45	17,35	(14)	39,70	9,97
Itarana	22,57	15,61	32,02	1.999	225	1.189	15.806	2.366	2.705	2.799	602	57	-	14,64	85,89	6,96	185,72	(20)	24,42	7,40
Mantenópolis	32,58	22,43	31,83	2.951	10	1.575	21.638	10.299	4.162	4.363	424	114	9	29,08	69,17	5,25	58,08	(61)	29,18	4,58
Pancas	31,77	23,67	20,86	8.553	41	3.586	37.364	31.575	7.343	1.498	829	193	24	27,68	69,42	7,30	105,03	(142)	28,58	18,85
REGIÃO	35,09	16,62	54,10	30.107	3.498	37.647	310.747	95.900	21.231	21.199	5.144	1.192	129	-	75,78	5,79	72,85	(551)	56,15	42,67

MAPA IV

CENÁRIO ESPONTÂNEO — PROJEÇÃO 1983
(PROJEÇÃO DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA)



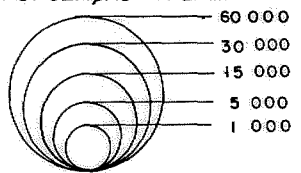
CONVENÇÕES :

- DIVISÃO ESTADUAL
- DIVISÃO REGIONAL
- DIVISÃO MUNICIPAL
- CIDADE POLO
- SEDE MUNICIPAL

DENSIDADE RURAL

- 5 - 10 HAB / Km²
- ▨ 10 - 15 HAB / Km²
- ▩ 15 - 20 HAB / Km²
- ▧ 20 - 25 HAB / Km²

POPULAÇÃO URBANA



— RODOVIAS IMPLANTADAS

3.

PLANEJAMENTO REGIONAL

3.1.

OBJETIVOS

O diagnóstico de situação da Região de Colatina evidencia que os processos econômicos e sociais em curso vêm ocasionando o êxodo rural, principalmente de pequenos agricultores e parceiros agrícolas, e a estagnação econômica das pequenas cidades interioranas.

Paralelamente, vem ocorrendo concentração econômica e demográfica em outras regiões, notadamente em torno da Grande Vitória, acentuando os desequilíbrios regionais.

Visando atenuar essas distorções, as opções governamentais manifestadas no documento *Diretrizes para uma Ação Integrada* distinguiram três grandes objetivos:

- . a consolidação do Espírito Santo como pólo alternativo da Região Sudeste do país;
- . a atenuação dos desequilíbrios regionais na implantação de uma política de *desconcentração concentrada*;
- . a criação de condições de fixação do homem no interior do Estado.

Os objetivos gerais e específicos, listados a seguir, para a Região de Colatina, representam um desdobramento e detalhamento dos grandes objetivos e diretrizes governamentais.

3.1.1. OBJETIVOS GERAIS

- . ampliar e melhorar o sistema viário da Região, visando atenuar as desigualdades regionais;
- . ampliar a rede de equipamentos sócio-econômicos do Município de Colatina, objetivando o fortalecimento de suas funções polarizadoras;
- . promover o desenvolvimento da Região de acordo com sua aptidão ecológica, de modo a preservar o meio ambiente e proporcionar melhor qualidade de vida à população;
- . promover o desenvolvimento sócio-econômico de forma integrada na Região, visando atenuar as migrações internas, criando condições para a fixação do homem no interior, particularmente na zona rural.

3.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- RELATIVOS AO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

- . estimular a preservação dos remanescentes florestais existentes e promover o reflorestamento com essências nativas, principalmente em áreas de declividade acentuada (superior a 45%), e em áreas especiais de proteção a mananciais hídricos e coleções de água;
- . exercer a fiscalização e controle da poluição ambiental, bem como a vigilância permanente sobre a utilização dos recursos naturais, incentivando as atividades agrícolas de conformidade com a aptidão ecológica regional;

- . estimular e possibilitar aos municípios a criação de áreas de preservação permanente para a proteção de flora e fauna;
- . promover o aproveitamento do potencial hidrelétrico dos córregos e rios da Região, visando a eletrificação de pequenos povoados, vilas e fazendas do interior.

- RELATIVOS AO CAMPO ECONÔMICO

a) *Agropecuária*

- . fortalecer o pequeno produtor rural (propriedades de até 100ha), possibilitando-lhes assistência técnica, acesso ao crédito subsidiado e colocação de sua produção no mercado a preços justos;
- . estimular a diversificação agrícola de acordo com as potencialidades regionais;
- . desenvolver e estimular a forma associativa de produção e comercialização, principalmente entre os pequenos produtores, de forma a resguardar seus interesses, possibilitando-lhes uma maior participação na renda agrícola;
- . fomentar o uso de tecnologia mais eficiente para a atividade pecuária bovina;
- . fomentar a recuperação de áreas de solo degradado e o uso de práticas agrícolas conservacionistas.

b) *Indústria*

- . estimular a implantação de indústrias manufatureiras, principalmente pequenas e médias empresas, junto aos centros urbanos da Região, de modo a absorver o excedente de mão-de-obra local;

- . promover o melhor aproveitamento dos recursos minerais na Região, principalmente minerais não-metálicos. A industrialização dos minerais deve ser, de preferência, desenvolvida junto à ocorrência dos recursos. Como esses recursos minerais encontram-se em diversos pontos, isto trará como consequência uma maior dispersão das atividades industriais;
- . incentivar a implantação e expansão de agroindústrias, com vista a diversificação agrícola e ao aproveitamento de matérias-primas existentes, localizando-as junto as áreas de maior concentração ou que apresentam grande potencial de produção. Trata-se, principalmente, de indústrias alimentícias, tais como laticínios, conservas, doces e de beneficiamento de café. Visa-se, com isto, maior integração da produção industrial com o meio rural.

- INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

a) *Saúde e habitação*

- . promover a expansão racional da rede de assistência médica, sanitária e hospitalar, visando possibilitar o atendimento de saúde à população local dentro da própria Região;
- . incentivar e possibilitar às prefeituras a ampliação e melhoria do sistema de saneamento básico, nas sedes municipais, distritos e vilas;
- . expandir a oferta de residências, tanto na zona rural como urbana, paralelamente à implantação dos programas de desenvolvimento agrícola e industrial.

b) *Educação*

- . otimizar a utilização da rede física escolar, nos vários níveis de ensino, notadamente no nível de 1º Grau, com vista a melhoria da qualidade de ensino, redução dos índices de repetência e evasão escolar;
- . aperfeiçoar as diretrizes curriculares, de forma a que o ensino fique em consonância com a realidade e necessidade regionais.

c) *Comunicação*

- . expandir os serviços de correio, abrangendo as sedes de distritos e vilas;
- . implantar o sistema DDD em todas as sedes municipais e expandir os benefícios da telefonia para as sedes dos distritos e vilas, através da abertura de postos telefônicos.

d) *Rodoviária*

- . implantar e pavimentar a malha viária intermunicipal, facilitando uma intensificação das ligações intra-regionais, fato primordial quando se atenta para a necessidade de uma maior integração a nível da própria Região;
- . dotar os municípios da Região de uma rede de estradas vicinais que facilite o escoamento da produção agropecuária, principalmente dos produtos agrícolas perecíveis.

3.2.

O PLANO REGIONAL

A análise das informações colhidas nos municípios da Região de Colatina permite um aprofundamento do estudo *Regionalização: uma proposta de organização territorial do Estado do Espírito Santo para fins de programação*¹ e seu conseqüente desdobramento em planos regionais. Destaca-se, dessas observações que a Região de Colatina não possui um conjunto de serviços de infra-estrutura econômica e social capaz de viabilizar a existência dos seis municípios como Região polarizada pelo Município de Colatina, objetivando a descentralização concentrada das atividades governamentais e a redução das disparidades regionais.

Com uma topografia bem acidentada, as dificuldades de manutenção das rodovias não pavimentadas se acentuam, fazendo com que o fluxo de cargas e passageiros busque uma via mais racional de deslocamento. Por isso o Município de Mantenópolis é hoje polarizado por Mantena (cidade do vizinho Estado de Minas Gerais) e os municípios de Itarana e Itaguaçu dividem essa polarização entre Colatina (cidade-pólo) e Vitória (capital do Estado e cidade-pólo da Região II).

A economia regional está fortemente alicerçada no setor primário. O setor secundário tem menor expressão, existindo apenas alguns ramos indus

¹ESPIRITO SANTO. Fundação Jones dos Santos Neves. *Regionalização: uma proposta de organização territorial do Estado do Espírito Santo para fins de programação*. Vitória, 1977.

triais tradicionais, como o de confecções, madeira e gêneros alimentícios. Esse foco de industrialização acha-se quase que totalmente concentrado no Município-pólo de Colatina (e em sua área urbana). A grande fonte de renda, hoje, na Região, é o café que, apesar de gerar substancial demanda de mão-de-obra, não conseguiu inverter o fluxo migratório campo-cidade, principalmente, por ser esta demanda altamente concentrada em apenas quatro meses do ano.

A ausência de uma base agroindustrial mais diversificada na Região perpetua a dependência do setor primário como fonte de renda e transfere para outras regiões todo um potencial de valor agregado que poderia ser regionalmente desenvolvido.

A própria cidade de Colatina carece, ainda, de uma rede de infraestrutura de serviços econômicos e sociais necessários ao apoio e fortalecimento de sua condição de cidade-pólo de uma Região.

Assim, o plano de desenvolvimento para a Região de Colatina deverá buscar dois objetivos básicos e paralelos:

- . fortalecimento da Região como unidade polarizada;
- . desenvolvimento sócio-econômico regional.

3.2.1. FORTALECIMENTO DA REGIÃO DE COLATINA COMO UNIDADE POLARIZADA

O atendimento das necessidades básicas e elementares da Região de Colatina, a um nível satisfatório, justifica a melhoria e ampliação da rede regional de serviços de infraestrutura urbana e rural.

A expansão quantitativa e qualitativa desses serviços (particularmente saúde, educação, comunicação e habitação), na Região, reduziria a demanda pelos equipamentos já saturados, existentes na Grande Vitória, contribuindo, também, para a fixação da população no interior do Estado.

Ainda, é de fundamental importância a melhoria das atividades terciárias a serviço de agricultura (notadamente as que se ligam à comercialização), setor de primordial importância no desenvolvimento econômico não só da Região como do Estado do Espírito Santo.

O fortalecimento da Região de Colatina depende, ainda, e em grande escala, da melhoria e ampliação de suas vias de comunicação, algumas bastante irregulares no que diz respeito ao fluxo diário de pessoas e cargas. A interligação viária fluente entre as diversas sedes municipais é prioritária para que as medidas propostas de hierarquização de equipamentos possam surtir os efeitos desejados: reduzir deslocamentos e descongestionar os centros urbanos maiores, hoje responsáveis por toda e qualquer prestação de serviços nos vários níveis.

Assim, para o fortalecimento da Região de Colatina como unidade polarizada, torna-se necessário a implementação de dois conjuntos de medidas;

- . implantação de uma rede viária regional;
- . ampliação e melhoria de infra-estrutura de serviços.

3.2.1.1. IMPLANTAÇÃO DA REDE VIÁRIA REGIONAL

A interligação das sedes dos municípios que compõem a Região de Colatina, por meio de uma rede viária pavimentada, é fundamental para o estabelecimento de um fluxo permanente de cargas e passageiros. A prioridade para

os investimentos em infra-estrutura viária, estabelecida de acordo com as necessidades regionais, é a seguinte:

- a) pavimentação da rodovia que liga Baixo Guandu a Colatina (BR-259);
- b) pavimentação da rodovia que liga Itarana e Itaguaçu-Itapina (ES-164);
- c) pavimentação da rodovia que liga Pancas a Mantenópolis (ES-164).

A concretização desses investimentos permitirá a efetivação do Município de Colatina como centro urbano regional e agente polarizador dos demais municípios da Região.

3.2.1.2. AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE INFRA-ESTRUTURAS DE SERVIÇOS

Além da pavimentação e melhoria das principais redes viárias da Região, necessário se faz investir em infra-estrutura de serviços na cidade de Colatina e em outros centros urbanos, que deverão se constituir numa a bordagem global, em agentes do processo de descentralização das ativida des econômicas e sociais no Estado do Espírito Santo.

- SETOR SAÚDE

Deverão ser adotados esquemas de hierarquização dos serviços a serem pres tados à população, com as seguintes características:

- . serviços de saúde pública, higiene e profilaxia - deverão ser desenvol vidos por uma rede de assistência, constituída por Centros de Saúde e Unidades Sanitárias;
- . serviços médicos e hospitalares - deverão ser desenvolvidos por uma rede hospitalar constituída por um hospital regional e hospitais mun cipais.

Destaca-se, como medida prioritária, antes de mais nada, que seja colocado em efetivo funcionamento a rede atualmente existente, constituída por vários hospitais municipais, Centros de Saúde e Unidades Sanitárias que, em sua maioria, estão funcionando precariamente por falta de recursos humanos e materiais.

As obras físicas previstas para reforçar a oferta de serviços hospitalares na Região de Colatina, assim como para reduzir a procura desses serviços fora da Região, podem ser listadas conforme segue:

- a) construção de um hospital regional na sede do Município de Colatina;
- b) ampliação e/ou construção de um hospital em Baixo Guandu;
- c) conclusão das obras do hospital de Pancas;
- d) construção de um hospital em Mantenópolis;
- e) conclusão das obras do hospital de Itarana;
- f) conclusão das obras do hospital de Itaguaçu.

Propõem-se, para as atividades de saúde pública e medicina preventiva, as seguintes medidas:

- a) transformação da Unidade Sanitária de 1ª classe de Baixo Guandu em Centro de Saúde;
- b) transformação da Unidade Sanitária de 2ª classe de Pancas em Unidade Sanitária de 1ª classe;
- c) transformação da Unidade Sanitária de 3ª classe de Marilândia (Colatina) em Unidade Sanitária de 2ª classe.

Com relação aos serviços de assistência sanitária na zona rural, sugere-se a criação e/ou manutenção das Unidades Sanitárias Rurais nas seguintes localidades:

a) *Baixo Guandu*

- . Alto Mutum
- . Ibituba
- . Km 14

b) *Colatina*

- . Graça Aranha
- . Boapaba

c) *Pancas*

- . Alto Rio Novo
- . Vila Verde
- . Lajinha

d) *Mantenópolis*

- . São Geraldo
- . Santa Luzia

e) *Itaguaçu*

- . Itaimbé
- . Itaçu

- SETOR DE EDUCAÇÃO

Neste setor, recomenda-se como medida de emergência para a Região de Colatina (e possivelmente válida para todo o Estado) a solução do problema da baixa remuneração dos professores da zona rural, um dos principais entraves para o funcionamento das escolas do interior.

A solução deverá ser encontrada a partir do estudo do problema, considerando-se os aspectos de localização, facilidade de acesso e condições de habitação nas imediações das escolas. Sugere-se, ainda, que esse estudo englobe uma análise sobre a instituição de um diferencial de remuneração que possibilite e incentive (ou, pelo menos, não desestimule) o professor de lecionar nas escolas do interior (principalmente na zona rural).

Essa medida preconizada, por si só, não corrige as distorções hoje existentes no setor educacional, que são várias e de natureza diversa (mas que, em sua maioria, têm origem no fator recursos humanos, mas sanaria, de imediato, parte de um problema que agrava e potencializa os demais agentes do êxodo rural: falta de oportunidade educacional para as crianças do interior, principalmente devido a inexistência ou baixo índice de frequência dos docentes de 1º Grau.

Uma análise mais ampla do setor se faz necessário, não só para a Região, como para todo o Estado, estando este estudo, no entanto, fora do escopo do presente Plano. Dessa forma, preconiza-se, aqui, a necessidade da realização de um estudo pormenorizado do setor, que apresente com mais riqueza de detalhes, as particularidades da Região referentes aos problemas de currículo, corpo docente e bases físicas de ensino.

- SETOR DE COMUNICAÇÕES

A infra-estrutura de comunicações, na Região de Colatina, encontra-se bastante deficitária, com apenas o município de Colatina ligado ao sistema de Discagem Direta à Distância (DDD). Prevê-se, para o mês de julho de 1980, a interligação de Baixo Guandu à rede DDD.

Recomenda-se, como medida essencial ao fortalecimento da unidade regional, a ampliação do serviço de telefonia e a interligação de todas as sedes municipais ao sistema DDD.

A ampliação preconizada deverá ser feita abrindo-se postos telefônicos nas seguintes vilas interioranas:

a) *Colatina*

- . Graça Aranha
- . Baunilha
- . Angelo Frechiani
- . Sapucaia

b) *Baixo Guandu*

- . Alto Mutum
- . Km 14
- . Ibituba
- . Bananal

c) *Pancas*

- . Lajinha
- . Vila Verde
- . Alto Rio Novo

d) *Itaguaçu*

- . Itaimbé
- . Itaçu

e) *Mantenópolis*

- . Santa Luzia
- . São Geraldo

Recomenda-se, também, a ampliação dos serviços postais da Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos, com a abertura de postos de correio nas seguintes vilas:

a) *Baixo Guandu*

- . Bananal

b) *Mantenópolis*

- . Santa Luzia

- SETOR AGRÍCOLA

No que tange ao setor agrícola, medidas de impacto merecem destaque:

- a) implementação das linhas-tronco de eletrificação rural, já planejadas para a Região, assim como estudo de viabilidade de novas linhas. Com comunitadamente, como a Região é atendida por duas concessionárias (ESCELSA e Empresa de Força e Luz Santa Maria), provocar uma composição entre as mesmas, no sentido de contornar problemas hoje verificados;
- b) inclusão de pequenos vales úmidos da Região no Programa PROVALES e intensificar a ação do Programa de Reflorestamento de Pequenas Propriedades, ambos conduzidos pela Secretaria de Estado da Agricultura.

3.2.2. PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Os programas listados e apresentados no quadro 6, estão fundamentados nos problemas e potencialidades analisados e nos objetivos estabelecidos. Visam a operacionalização das ações a serem desencadeadas pelo poder público, considerando a realidade política e institucional, facilitando o processo de decisão e negociação.

Constam dos programas, de maneira resumida, suas justificativas, seus objetivos e as entidades que deveriam ser mobilizadas para o desenvolvimento e execução dos mesmos. Os custos e recursos financeiros necessários não foram dimensionados, uma vez que a operacionalização final dos custos e benefícios, das fontes de financiamento e da concretização dos programas até o nível de projeto deverá realizar-se em colaboração com o sistema operacional, depois de decididas a nível político a prioridade dos programas.

Considerando o fato de que o Estado dispõe de um sistema operacional com diversas instituições dotadas de competência para concretizar e implementar os programas propostos, deixa-se de incluir recomendações relativas a organizações institucionais.

Os programas propostos foram agrupados nos seguintes conjuntos:

- . programas integrados;
- . programas setoriais: agropecuário e indústria;
- . programas infra-estruturais.

A fim de explicitar os impactos mútuos de cada programa proposto sobre os demais, montou-se um quadro de interdependências (quadro 7). Neste, a avaliação da interdependência sugere indiretamente uma sequência lógica de implementação, sem prejuízo das prioridades políticas a serem fixadas.

A dependência pode ser de caráter instrumental, complementar ou de abrangência superior. Desse modo, os programas mais abrangentes, como o de desenvolvimento urbano de Nova Venécia, são menos dependentes dos programas restantes do que, por exemplo, os programas de infra-estrutura, devido ao seu caráter instrumental.

O quadro 7 mostra as dependências dos programas, distinguindo as diretas e as indiretas. As linhas do quadro indicam os impactos do programa sobre os outros e as colunas resumem, para cada programa, os impactos recebidos dos demais. Da confrontação sistemática dos programas propostos, ainda não podem ser inferidas as prioridades definitivas de cada um. Estas prioridades devem ser politicamente formuladas, considerando a interdependência dos programas e a partir da contribuição de cada um à realização dos objetivos gerais do governo e de suas diretrizes espaciais. Devem, ainda, estar em consonância com a disponibilidade de recursos.

QUADRO 6

LISTAGEM DOS PROGRAMAS PROPOSTOS

SETOR	Nº	TÍTULO
Programas Integrados	01	Programa de planejamento urbano integrado para Colatina.
	02	Programa de planejamento de ocupação do solo das cidades, vilas e povoados.
	03	Programa integrado de racionalização do uso dos recursos naturais e de preservação do meio ambiente.
Programas Agropecuários	04	Programa de comercialização de produtos agrícolas.
	05	Programa de tecnificação da pecuária bovina.
	06	Programa de animais de pequeno e médio porte.
	07	Programa de diversificação e desenvolvimento agrícola.
Programas Industriais	08	Programa de levantamento dos recursos minerais.
	09	Programa de apoio às pequenas e médias empresas.
	10	Programa de promoção e implantação de agroindústrias.
Programas Infra-estruturais	11	Programa de assistência médico-hospitalar.
	12	Programa de reestruturação do ensino público.
	13	Programa de capacitação de mão-de-obra rural.
	14	Programa habitacional para população de baixa renda.
	15	Programa de estradas vicinais.
	16	Programa de saneamento básico.

QUADRO 7

INTERDEPENDÊNCIA DOS PROGRAMAS PROPOSTOS

PROGRAMAS		PROGRAMAS INTEGRADOS				PROGRAMAS AGROPECUÁRIOS				PROGRAMAS INDUSTRIAIS				PROGRAMAS INFRA-ESTRUTURAIS					
PROGRAMAS		PROGRAMAS INTEGRADOS				PROGRAMAS AGROPECUÁRIOS				PROGRAMAS INDUSTRIAIS				PROGRAMAS INFRA-ESTRUTURAIS					
01. Programa de planejamento urbano integrado para Colatina		●																	
02. Programa de planejamento de ocupação do solo das cidades, vilas e povoados		●																	
03. Programa integrado de racionalização do uso dos recursos naturais e de preservação do meio ambiente		●																	
04. Programa de comercialização de produtos agrícolas		●																	
05. Programa de tecnificação de pecuária bovina		●																	
06. Programa de animação de pequeno e médio porte		●																	
07. Programa de diversificação e desenvolvimento agrícola		●																	
08. Programa de levantamento dos recursos naturais		●																	
09. Programa de apoio às pequenas e médias empresas		●																	
10. Programa de promoção e implantação de agroindústrias		●																	
11. Programa de assistência médico-hospitalar		●																	
12. Programa de reestruturação do ensino público		●																	
13. Programa de capacitação de mão-de-obra rural		●																	
14. Programa habitacional para população de baixa renda		●																	
15. Programa de estradas vicinais		●																	
16. Programa de saneamento básico		●																	

NOTAS: ○ Dependência Indireta

● Dependência Direta

PROGRAMA DE PLANEJAMENTO URBANO INTEGRADO PARA A CIDADE DE COLATINA

- JUSTIFICATIVA

A cidade de Colatina surgiu em torno de um antigo porto fluvial do Rio Doce, consolidou-se enquanto estação da estrada de ferro Vitória-Minas, e se expandiu como cidade Boca de Sertão após a implantação da primeira ponte sobre o Rio Doce. A primeira fase de seu crescimento corresponde à concentração do mercado de madeira, café e gado, no período em que se viu de cabeça de ponte para a conquista do Norte ocidental do Estado.

A segunda fase de seu crescimento corresponde à concentração da pobreza que restou do esgotamento das riquezas naturais existentes e do modelo agrícola, implantado em sua área de influência. Essa fase corresponde aos anos posteriores a 1960, quando a cidade dobrou sua população, atingindo 54.402 habitantes, em 1977, enquanto que as áreas rurais sofreram intenso esvaziamento populacional.

Localizada nas margens do Rio Doce, expandiu-se sobre um sítio acidentado, cobrindo as encostas com casebres alinhados em ruas e escadas descuidadas, ocupadas por uma população em sua maioria pobre, composta de biscateiros, prestadores de serviços, bôias-fria etc.

A erosão acelerada das encostas dos morros urbanizados e as enchentes sucessivas e cada vez maiores nas áreas baixas, provocada pelo assoreamento secular e contínuo do Rio Doce e do Rio Santa Maria, são os resultados mais graves deste processo.

A pobreza, a insalubridade e a precariedade das habitações, infra-estrutura e serviços básicos: o desemprego e o estrangulamento no tráfego, são problemas graves enfrentados pela sua população.

Apesar de tudo, Colatina é o principal centro prestador de serviços da Região e passa por um processo pouco dinâmico de industrialização.

O Governo Municipal tem encontrado grandes dificuldades financeiras e de conseguir recursos humanos para atuar no ordenamento do sítio urbano em seus múltiplos aspectos.

Tudo isso justifica a ação do Governo Estadual, no sentido de ajudar, incentivar, assessorar a municipalidade de Colatina no ordenamento de sua expansão urbana e na integração das intervenções necessárias a curto prazo, nos setores mais deficientes dos serviços públicos.

- OBJETIVOS

1. Estabelecer, a curto prazo, uma estratégia de recuperação e proteção das encostas contra a erosão e, também, das baixadas contra as enchentes:
 - . elaborando plano diretor de drenagem e controle da erosão e das enchentes, com propostas de curto, médio e longo prazos;
2. Traçar as diretrizes de desenvolvimento urbano para a cidade, nos próximos anos, através da elaboração de:
 - . plano de ocupação do solo, definindo áreas urbanas de expansão urbana e não urbanizáveis;
 - . zoneamento de uso do solo:

PROGRAMA DE PLANEJAMENTO DA OCUPAÇÃO DO SOLO NAS CIDADES, VILAS E POVOADOS DA REGIÃO

- JUSTIFICATIVA

Como se pode observar nas análises sócio-econômicas desenvolvidas sobre a Região, há um processo acentuado de esvaziamento populacional no campo e crescimento das cidades. Existe, também, uma grande variedade de cidades-vilas e povoados que ora apresentam-se prósperos, ora decadentes ou estagnados. Muitas das novas aglomerações não figuram nos mapas e nem nas estatísticas, enquanto outras estagnadas e decadentes, há algum tempo, permanecem como sedes distritais ou municipais.

A urbanização acelerada está se processando, ora em áreas insalubres, ora em áreas muito inclinadas, o que dificulta e encarece muito a implantação das infra-estruturas e dos serviços básicos. Embora já existam leis e competências definidas quanto ao ordenamento da urbanização do solo, sua aplicação praticamente inexistente, principalmente pela falta de recursos humanos, financeiros ou administrativos nas municipalidades.

Por outro lado, o levantamento, a delimitação e a análise das áreas urbanas existentes, mesmo que pequenas, é indispensável para a localização dos investimentos orientados para a interiorização do desenvolvimento, constituindo-se numa das bases da *especialização* do planejamento estadual.

- . localizando as áreas industriais, segundo porte e tipo das instalações;
 - . localizando as áreas destinadas, preponderantemente, à habitação, seguida de indicações de padrões habitacionais, densidades e equipamentos comunitários indispensáveis;
 - . localizando as áreas especiais, isto é, as áreas de preservação de mananciais, de elementos paisagísticos, históricos e culturais relevantes;
 - . identificando áreas para a implantação de equipamentos urbanos prioritários e aquelas destinadas à expansão de serviços de saúde, educação, transportes e comunicações;
3. Aumentar a capacidade dos órgãos da administração municipal para as ações ligadas ao planejamento e execução dos planos e projetos urbanos:
- . treinamento de recursos humanos na prática de elaborar e implantar os planos;
 - . criando e operacionalizando os instrumentos legais e administrativos.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Fundação Jones dos Santos Neves - FJSN

Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMA

Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação - DAF

Prefeitura Municipal de Colatina - PMC

- OBJETIVOS

1. Localizar e delimitar os perímetros urbanos e de expansão urbana das cidades-vilas e povoados da Região;
2. Elaborar planos de ocupação do solo, definindo, nesses perímetros, áreas urbanas, de *expansão urbana* e *não urbanizáveis*;
3. Treinar recursos humanos e prestar assessoria, no sentido de capacitar e/ou eliminar os setores da administração municipal responsáveis pelo ordenamento urbano;
4. Localizar os equipamentos mínimos necessários para a população.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Fundação Jones dos Santos Neves - FJSN

Departamento de Aerofotogrametria e Fotointerpretação - DAF

Prefeituras municipais

PROGRAMA INTEGRADO DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DOS
RECURSOS NATURAIS E DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

- JUSTIFICATIVA

Nas duas últimas décadas, a cobertura vegetal primitiva da Região de Co latina foi quase totalmente devastada. O desmatamento generalizado e irracional é apenas uma das evidências do desequilíbrio ecológico e da depredação ambiental da Região.

Os processos de erosão, decorrentes da falta de cobertura florestal, principalmente em áreas com declividades acentuadas e nas margens de cursos d'água, vêm ocasionando o progressivo assoreamento das calhas dos córregos e rios e a degradação dos solos da Região.

Em consequência, a produtividade da terra é baixa, as enchentes são even tos constantes e o abastecimento de água às populações e à agricultura torna-se extremamente deficiente.

- OBJETIVOS

1. Evitar a continuidade dos processos de degradação do solo e recuperar as áreas de solo degradado, notadamente nas zonas de elevada declivi dade;
2. Proteger os mananciais hídricos;

3. Preservar e proteger a flora e fauna regionais;
4. Conservar a qualidade produtiva do solo;
5. Possibilitar a exploração intensiva e não degradante do solo agrícola;
6. Reflorestar áreas de elevada declividade com espécies regionais, formando florestas heterogêneas.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Fundação Jones dos Santos Neves - FJSN

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF

Prefeituras municipais

PROGRAMA DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

- JUSTIFICATIVA

Um dos principais entraves ao desenvolvimento da Região é o estrangulamento verificado entre os produtores rurais e os processos de comercialização agrícola vigentes. A oligopsonização nos canais de intermediação é um processo que pode ser generalizado para toda a agricultura, mas seus impactos sobre o espaço sócio-geo-econômico das diferentes regiões são característicos e demandam análises específicas. A partir dessas análises, o Estado poderá intervir de forma planejada, atingindo objetivos pré-estabelecidos e corrigindo as distorções oriundas do processo, evitando a grande dependência dos produtores (principalmente do pequeno) de intermediários que aviltam o preço dos produtos. Essa ação terá, também, efeitos positivos na área produtiva, pois, além de impedir a redução, estimulará novas áreas de plantio, evitando evasão rural e venda de pequenas propriedades.

- OBJETIVOS

1. Corrigir os desequilíbrios oriundos da dependência crescente dos produtores rurais ao complexo oligopsonista, aumentando sua participação nas margens de lucro e elevando, conseqüentemente, sua renda, o que possibilitará maiores investimentos na própria atividade, em um processo contínuo;
2. Assegurar, notadamente, ao pequeno produtor, a colocação de sua produção no mercado a preços compensadores;

3. Aumentar a produção e a produtividade agrícola, principalmente nas pequenas propriedades;
4. Gerar trabalho e emprego ao nível de propriedade agrícola;
5. Orientar a produção agrícola dos pequenos proprietários, de acordo com a demanda de mercado;
6. Incentivar o associativismo entre produtores agrícolas.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG

Companhia de Fomento Agroindustrial - COFAI

Companhia de Armazéns e Silos do Espírito Santo - CASES

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo - EMATER/ES

Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S.A. - CEASA/ES

Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL

Cooperativas

PROGRAMA DE TECNIFICAÇÃO DA PECUÁRIA BOVINA

- JUSTIFICATIVA

As condições edafoclimáticas verificadas na Região de Colatina a posiconam como excelente para o desenvolvimento das atividades de pecuária de corte. Contudo, grande parte dessas explorações vem sendo conduzidas de forma rotineira, num sistema extensivo, com baixo nível de tecnificação, o que representa uma sensível perda no potencial de produção regional. Experiências na Região demonstram que a introdução de tecnologias de melhoramento e manejo de pastagens elevam substancialmente a produtividade, em termos de mais peso por unidade de área, com significativos gaunhos econômicos para o produtor.

- OBJETIVOS

1. Conseguir melhor rendimento por unidade de área e por unidade animal explorados;
2. Propiciar melhor aproveitamento do capital investido na atividade;
3. Possibilitar a proprietários de áreas relativamente pequenas ganhos expressivos com a atividade de criação e engorda de bovinos.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG

Empresa Espírito-santense de Pecuária - EMESPE

Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ES

Cooperativas

PROGRAMA DE ANIMAIS DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

- JUSTIFICATIVA

Para a criação de novas fontes de renda e de trabalho como forma de retenção de maior parcela da população rural no campo, a atividade de animais de pequeno e médio portes se situa como uma alternativa, uma vez que possui:

- . uso de mão-de-obra em caráter permanente;
- . menor requisito relativo do fator terra, fator este que vem se tornando cada vez mais escasso na Região, principalmente nos estratos de área menor de propriedades;
- . tradição da Região em atividades deste tipo, como a suinocultura;
- . crescimento da demanda, nos grandes centros consumidores de produtos ricos em proteína animal.

- OBJETIVOS

1. Criar alternativas de renda, principalmente para as pequenas propriedades, dado os recursos naturais não favoráveis, como baixa fertilidade do solo, terrenos de relevo acidentado, entre outros;
2. Maior fixação do homem no campo, por meio de incentivos à exploração com baixa exigência de terra e alta capacidade de absorção de mão-de-obra permanente;

3. Maior suprimento ao mercado consumidor interno de produtos ricos em proteína animal, proveniente da atividade;
4. Estruturação do sistema de comercialização, de modo a proporcionar maiores ganhos aos próprios produtores, por meio de formas adequadas de agrupamento de agricultores efetuando a comercialização (venda do produto e aquisição de insumos) em conjunto, reduzindo, assim, a intervenção dos intermediários.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ES

Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA

Empresa Espírito-santense de Pecuária - EMESPE

Associação dos Suinocultores do Espírito Santo - ASES

PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

- JUSTIFICATIVA

O setor primário é de fundamental importância para a Região de Colatina. A produção regional agropecuária é relativamente bem diversificada (muito embora, mereçam destaque bovinocultura e cafeicultura) e participa com peso substancial na composição do produto regional, além de absorver elevado contingente de mão-de-obra rural.

As perspectivas para o desenvolvimento do setor são amplas, dadas as condições naturais de clima e solo.

Tendo-se em mente a necessidade de absorção da mão-de-obra local, impõe-se o levantamento dos recursos naturais e o desenvolvimento de pesquisas, visando diversificar a pauta de produtos hoje explorados, oferecendo aos produtores rurais novas opções no campo agropecuário. Paralelamente, busca-se gerar e difundir tecnologia para as explorações existentes e para as que se mostrarem viáveis, visando melhores níveis de produção e produtividade.

Uma utilização adequada dos recursos naturais possibilitará, ainda, grande desenvolvimento regional com reflexos altamente positivos no campo econômico, devido, principalmente, ao surgimento de novas oportunidades industriais, notadamente no campo agropecuário. O beneficiamento dos produtos agropecuários elevará o produto interno, a renda e nível de emprego regional. Entretanto, esse potencial está apenas parcialmente determinado, devido à ausência de informações e levantamentos técnicos que possibilitem uma melhor identificação do potencial real do setor e das formas alternativas dos recursos existentes na Região.

- OBJETIVOS

1. Aperfeiçoar as informações disponíveis sobre os recursos naturais da Região;
2. Realizar o zoneamento de aptidão agrícola;
3. Gerar e difundir tecnologia agrícola adequada e ecologicamente apta as condições existentes na Região.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ES

Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA

Empresa Espírito-santense de Pecuária - EMESPE

PROGRAMA DE LEVANTAMENTO DOS RECURSOS MINERAIS

- JUSTIFICATIVA

Em quase todos os municípios que compõem a Região de Colatina já foi constatada a existência de minerais (feldspatos, argilas, granito, amethysta e magnesita, entre outros). Entretanto, esses recursos minerais são pouco conhecidos, devido à ausência de informações e levantamentos técnicos que possibilitem melhor identificação do potencial real do setor e das alternativas de utilização dos recursos existentes na Região.

A descoberta de minerais cria novas oportunidades para a indústria, pois a mineração funciona como agente catalizador que dinamiza o desenvolvimento. O efeito multiplicador das atividades de mineração se faz sentir sobre diversas atividades econômicas como suporte a vários setores industriais (cimento, siderúrgica e indústria de não-ferrosos). Além disso, impulsiona o desenvolvimento econômico, à medida que fornece matérias-primas básicas ou produtos intermediários para a atividade industrial, como também promove a exportação, gerando um crescimento de divisas necessário ao próprio desenvolvimento nacional.

- OBJETIVO

Catalogar os recursos minerais existentes na Região, dimensionar o potencial e estudar o melhor aproveitamento dos mesmos.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC

Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo - IDEIES

PROGRAMA DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

- JUSTIFICATIVA

As pequenas e médias empresas desempenham função importante no desenvolvimento industrial de uma região, uma vez que contribuem para: maior diversificação e integração do setor industrial; redução dos desequilíbrios intra-regionais; aumentar a oferta de emprego e renda e, também, para o melhor aproveitamento da infra-estrutura urbana.

A criação de novos empregos é de fundamental importância, pois contribui para a fixação da população na própria Região. Sendo a atual base industrial regional de pequena importância (apenas no Município de Colatina ganha certa relevância), torna-se necessário não só apoiar as pequenas e médias empresas hoje existentes, como também estudar e elaborar uma estratégia de *marketing*, visando a atração de outras empresas para se instalarem na Região.

Tendo em vista a função sócio-econômica que pequenas e médias empresas desempenham, é necessário adotar medidas de apoio para que estas se consolidem no desenvolvimento regional, melhorando, primeiramente, sua competitividade no mercado de produtos e contribuindo para seu fortalecimento, atenuando problemas que hoje afligem a maioria dessas empresas. Esses problemas, via de regra, prendem-se a tecnologia, aspectos administrativos (pessoal e estrutura da empresa), aspectos financeiros resultantes basicamente do isolamento e pequena influência política do pequeno e médio empresário e da ineficiência do sistema de apoio a eles dirigido.

- OBJETIVOS

1. Estimular o surgimento e fortalecer pequenas e médias empresas
caís; 10
2. Gerar trabalho e emprego estáveis;
3. Interiorizar o crescimento industrial.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES

Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo - IDEIES

Centro de Assistência Gerencial - CEAG/ES

Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - GERES

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

Banco do Estado do Espírito Santo S.A. - BANESTES

PROGRAMA DE PROMOÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE AGROINDUSTRIAIS

- JUSTIFICATIVA

Devido às condições naturais de clima e solo, o potencial de produção de matérias-primas da Região de Colatina é bastante elevado.

Esse potencial, a boa rede viária principal e a proximidade aos grandes mercados consumidores (Rio de Janeiro, Salvador e Vitória), tornam a Região de Colatina apta para a localização de agroindústrias. Além desses dois fatores, há disponibilidade de mão-de-obra não qualificada.

Como as principais características dos agroindustriais são as de total dependência do setor agropecuário, perda de peso na transformação da matéria-prima e produtos agropecuários perecíveis, essas indústrias são mais adequadas para áreas rurais com infra-estrutura menos desenvolvida e com disponibilidade de mão-de-obra não qualificada.

No momento, a produção agrícola é insuficiente para um sólido desenvolvimento agroindustrial, muito embora a Região apresente-se com condições para produção de matéria-prima.

Se por um lado a Região é uma opção para investimentos agroindustriais, por outro, a consolidação deste setor muito contribuirá para o desenvolvimento econômico regional, tendo em vista as possibilidades de integração com a economia local, através de suas relações diretas com a agropecuária.

- OBJETIVOS

1. Acelerar o aproveitamento do potencial agroindustrial da Região;
2. Estimular o surgimento e fortalecer as agroindústrias para o aproveitamento da matéria-prima local e regional;
3. Incrementar a produção (via produtividade) agrícola, de acordo com a demanda do mercado consumidor;
4. Interiorizar o crescimento industrial;
5. Gerar trabalho e empregos estáveis;
6. Aumentar a base tributária municipal e estadual.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio - SEIC

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG

Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - BANDES

Instituto de Desenvolvimento Industrial do Espírito Santo - IDEIES

Centro de Assistência Gerencial - CEAG/ES

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/ES

Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo - GERES

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR

- JUSTIFICATIVA

Apesar do contingente populacional da Região de Colatina ter se mantido relativamente inalterado no período 70/77, o *deficit* quantitativo e qualitativo de atendimento médico-hospitalar projeta-se, ainda, como um dos maiores problemas da Região. A carência de atendimento para-hospitalar e de assistência sanitária é bastante expressiva. Somente na zona rural encontram-se sem atendimento cerca de 95.000 habitantes. Esses problemas se agravam pela dificuldade de se manter um quadro de pessoal médico e para-médico, aos níveis salariais atuais, em regiões de relativa estagnação sócio-econômica e pouca infra-estrutura de serviços.

- OBJETIVOS

1. Reduzir o elevado *deficit* de leitos hospitalares na Região;
2. Evitar o deslocamento de população demandatária de serviços hospitalares para outras regiões;
3. Melhorar a qualidade de atendimento de saúde à população;
4. Criar serviços de assistência médica volante;
5. Reduzir o *deficit* de Unidades Sanitárias Rurais na Região;
6. Propiciar melhor atendimento no campo de saúde às populações rurais, notadamente àquelas de baixa renda;
7. Dar ênfase aos aspectos preventivos e de profilaxia.

- ENTIDADES

Prefeituras municipais

Secretaria de Estado da Saúde - SESA

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Fundação Hospitalar do Espírito Santo - FHES

Sindicatos

Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural - FUNRURAL

Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social - INAMPS

PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO

- JUSTIFICATIVA

Realizado o diagnóstico educacional da Região, por meio de dados secundários, e após confrontação do mesmo com informações obtidas *in loco*, vários entraves ao bom funcionamento do ensino público foram constatados, entraves esses relacionados diretamente com recursos humanos, currículo e com a rede física.

Com relação a recursos humanos, merecem destaque:

- . ausência de professores titulares nas respectivas cadeiras;
- . existência de grande contingente de professores não habilitados (alguns sem a 4ª série do 1º Grau) lecionando;
- . baixa remuneração para o profissional do magistério;
- . falta de supervisão, orientação e avaliação do desempenho do docente (notadamente na zona rural);
- . desentrosamento dos recursos humanos que atuam nas diversas redes de ensino;
- . desestímulo para o trabalho por parte dos responsáveis pela coordenação do ensino nos municípios;
- . dificuldade de acesso às escolas da zona rural.

No tocante ao currículo, observa-se a inadequação do mesmo à realidade regional e a carência de cursos de formação profissionalizante, dirigidos para o mercado de trabalho rural.

Quanto à rede física é notória:

- . a falta de racionalização de espaços educativos (escolas fechadas);
- . a má localização de unidades escolares;
- . a falta de equipamentos básicos para funcionamento razoável das escolas, tanto da zona urbana, como rural;
- . o completo abandono de escolas no que se refere à conservação (pintura, reparos etc).

- OBJETIVOS

1. Normalizar o fluxo de atendimento à população demandatária de ensino de 1º Grau;
2. Corrigir as distorções curriculares existentes, prioritariamente no ensino de 1º Grau;
3. Racionalizar a utilização dos recursos humanos e da rede física existentes;
4. Reduzir o índice de defasagem, com consequente elevação da oferta de vagas;
5. Promover maior integração do ensino regular com o ensino supletivo;
6. Adequar o ensino público de 1º Grau à realidade e necessidade rural da Região;
7. Reduzir os índices de repetência e evasão na zona rural;
8. Criar cursos de profissionalização em atividades agrícolas para jovens do meio rural;
9. Redimensionar as necessidades da rede física;

10. Redistribuir e/ou remanejar racionalmente os recursos existentes (físico, humanos, materiais e outros).

- ENTIDADES

Prefeituras municipais

Secretaria de Estado da Educação - SEDU

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA RURAL

- JUSTIFICATIVA

O fluxo migratório que se processou na Região de Colatina, nas últimas duas décadas, exportou em seu bojo um bom número de profissionais capacitados para o trabalho rural. Atualmente, com o recrudescimento da economia agrícola, começa-se a detectar uma relativa escassez de profissionais de gerência rural, inseminadores, vaqueiros, tratoristas, campeiros e outros, cujos salários já alcançam níveis compensadores.

- OBJETIVOS

1. Aprimorar a capacidade e melhorar a produtividade de mão-de-obra rural;
2. Valorizar os recursos humanos existentes na zona rural;
3. Promover a adequação do treinamento de mão-de-obra rural às necessidades do mercado de trabalho;
4. Melhorar a renda dos trabalhadores, desestimulando, dessa forma, o êxodo rural.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado da Educação - SEDU

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Espírito Santo -
EMATER/ES

Sindicatos

PROGRAMA HABITACIONAL PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

- JUSTIFICATIVA

A Região de Colatina apresenta uma alta concentração da população economicamente ativa na faixa de até dois salários mínimos regionais que, pela falta de oportunidade e recursos para compra de casa própria ou lotes urbanizados, formam assentamentos subnormais. Essa situação é potencializada pelo processo migratório em direção aos núcleos urbanos, decorrentes do enfraquecimento das atividades agrícolas demandatárias de maior utilização de mão-de-obra e conseqüente esvaziamento da zona rural.

- OBJETIVOS

1. Reduzir o índice de favelização nas cidades;
2. Melhorar o padrão de construção dos domicílios rurais;
3. Diminuir a incidência de doenças.

- ENTIDADES

Prefeituras municipais

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes - SEIT

Secretaria de Estado da Cultura e do Bem-Estar Social - SEBS

Companhia Habitacional do Espírito Santo - COHAB-ES

Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Espírito Santo -
INOCOOP-ES

Banco Nacional da Habitação - BNH

Fundação Jones dos Santos Neves - FJSN

Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - ESCELSA

Companhia Espírito-Santense de Saneamento S/A - CESAN

PROGRAMA DE ESTRADAS VICINAIS

- JUSTIFICATIVA

A Região de Colatina apresenta uma rede de estradas vicinais deficiente, necessitando de um adensamento das mesmas, o que não só implicaria na implantação de novos trechos em áreas mais isoladas, como também no melhoramento da rede atual. A malha existente encontra-se em estado precário de conservação e o tráfego pelas mesmas é realizado com dificuldade e interrompido no período das chuvas.

A implantação de um programa dessa natureza influiria positivamente na redução de custos e tarifas de transporte; induziria a um aumento da produção agropecuária regional, que, por sua vez, teria efeitos sobre o mercado de trabalho, contribuindo para reduzir o êxodo rural.

- OBJETIVOS

1. Reduzir perdas de produtos agrícolas;
2. Estimular a produção agropecuária;
3. Melhorar o escoamento da produção para armazéns, cooperativas, agroindústrias e centros de consumo final.

- ENTIDADES

Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes - SEIT

Secretaria de Estado da Agricultura - SEAG

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Companhia de Engenharia Rural e Mecanização Agrícola - CERMAG

Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - BANDES

PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO

- JUSTIFICATIVA

A existência na Região de Colatina de grande concentração de domicílios insalubres, sem abastecimento de água e sem esgoto ou fossa séptica, condicionam os baixos índices de saúde da Região e justificam a necessidade de um programa de saneamento básico para o atendimento da população.

Segundo o Censo Escolar de 1977, somente 43,8% dos domicílios particulares eram servidos por rede de abastecimento d'água e, no que diz respeito aos despejos sanitários, 27,7% eram servidos por rede de esgoto e 18,9% tinham fossa séptica como principal instalação sanitária.

- OBJETIVOS

1. Dotar os centros urbanos regionais de serviços de saneamento básico (água potável e esgotos);
2. Melhorar as condições de habitabilidade da Região;
3. Reduzir a incidência das doenças infecto-contagiosas e parasitárias.

- ENTIDADES

Prefeituras municipais

Secretaria de Estado da Saúde - SESA

Secretaria de Estado do Planejamento - SEPL

Secretaria de Estado do Interior e dos Transportes - SEIT

Companhia Espírito-Santense de Saneamento S/A - CESAN

Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS

4. RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO REGIONAL

O Plano da Região de Colatina deve ser compreendido como uma proposta global de intervenção regional, objetivando corrigir as distorções e solucionar os principais problemas responsáveis pelo atraso relativo desta Região.

Entende-se, assim, que este Plano representa mais uma etapa alcançada, inserida em um dinâmico processo de planejamento que se pretende implantar no Estado, deflagrado a partir do posicionamento governamental, explicitado no documento *Diretrizes para a Ação Integrada*.

O desdobramento lógico e imediato do Plano seria o detalhamento dos programas recomendados, a elaboração dos estudos de viabilidade e a preparação de projetos executivos específicos.

Esse aprofundamento só será possível ocorrendo o envolvimento de todas as entidades responsáveis pela execução das políticas de desenvolvimento do Governo Estadual, pois quase todas as propostas contidas no Plano requerem integração institucional. É de se salientar que essa integração ocorreu na fase de elaboração do Plano, quando técnicos de diversas instituições participaram da formulação das propostas. Ainda, foram compulsados as aspirações das lideranças dos municípios envolvidos, buscando-se uma maior integração e evitando-se um Plano exclusivamente técnico.

O Plano propõe algumas medidas que objetivam o fortalecimento da Região de Colatina como região polarizada. Essas medidas poderiam ser colocadas em prática, paralelamente ao desencadeamento do processo de desdobramento e detalhamento do Plano Regional, que seria iniciado após a definição das prioridades de ordem política e institucional.

A implementação deste Plano deverá se constituir em uma ação coordenada, desde as fases de definição de prioridades até a de execução, propriamen

te dita, de projetos e/ou a operacionalização de esquemas de prestação de serviços. Essa ação coordenada será conseguida com a perfeita integração de todos os organismos governamentais no sistema de planejamento, na sua estratégia e objetivos.

Assim, o prosseguimento definitivo, o estabelecimento de prioridades entre os programas e o prazo para a elaboração e realização dos projetos selecionados, serão determinados pelo processo de definição política da implantação.

